

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO**

FERNANDO RAMIRES DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS: DESAFIOS AO ACESSO E À
PERMANÊNCIA**

Bagé-RS

2024

FERNANDO RAMIRES DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS: DESAFIOS AO ACESSO E À
PERMANÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ensino.

Orientadora: Prof^a. Dr.^a Claudete da Silva Lima
Martins

**Bagé-RS
2024**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos
pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do
Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

C331e Carvalho, Fernando Ramires de
Educação de estudantes surdos: desafios ao acesso e a
permanência / Fernando Ramires de Carvalho.
92 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa,
MESTRADO EM ENSINO, 2024.

"Orientação: Claudete da Silva Lima Martins".

1. Ensino superior. 2. Ensino de Surdos. 3. Acesso. 4.
Permanência . I. Título.

FERNANDO RAMIRES DE CARVALHO**EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS: DESAFIOS AO ACESSO E À PERMANÊNCIA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 20 de março de 2024.

Banca examinadora:

Prof.^a Dr.^a Claudete da Silva Lima Martins
Orientadora
(Unipampa)

Prof.^a Dr.^a Francielle Cantarelli Martins
(UFPel)

Prof.^a Dr.^a Suzana Cavaleiro de Jesus
(Unipampa)



Assinado eletronicamente por **CLAUDETE DA SILVA LIMA MARTINS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/03/2024, às 20:04, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **SUZANA CAVALHEIRO DE JESUS, PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 29/04/2024, às 10:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



Assinado eletronicamente por **Francielle Cantarelli Martins, Usuário Externo**, em 02/05/2024, às 19:49, conforme horário oficial de Brasília, de acordo com as normativas legais aplicáveis.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.unipampa.edu.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1399410** e o código CRC **C317B95C**.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho ao Deus de todo conhecimento Jeová. *“Porém, depois de vocês terem sofrido por um pouco, o próprio Deus de toda a bondade imerecida, que os chamou à Sua eterna glória em união com Cristo, completará o treinamento de vocês. Ele os fará firmes, ele os fará fortes, ele os porá sobre firmes alicerces. Dele seja o poder para sempre. Amém.”* - 1 Pedro 5:10,11

AGRADECIMENTOS

Primariamente agradeço ao bom Pai e Criador Jeová por tudo que tem feito por mim e a minha família, me possibilitou estar em uma Universidade Federal de qualidade e gratuita, servindo como Tradutor/intérprete de LIBRAS e também como aluno desta.

Agradeço aos meus pais, os quais já faleceram e não tiveram a oportunidade de aprofundar seus estudos, não chegando a completar o ensino fundamental, mas me ensinaram o significado de responsabilidade, respeito e honestidade.

Estou certo que a realização deste sonho é muito simbólico para toda nossa família e ancestralidade.

Agradeço a minha amada esposa pela compreensão e valentia, sempre estando ao meu lado, nos momentos difíceis e alegres, pelas conversas produtivas a respeito do mestrado, da dissertação e da vida.

Ao meu querido filho, que sem saber, é uma fonte de inspiração, que apenas em olhá-lo me enche de propósito e ânimo para perseverar. Logo, a ciência é importante, mas os afetos também!

E não posso deixar de mencionar a minha excelente orientadora, a prof^a. Dr^a. Claudete da Silva Lima Martins, a qual antes mesmo de ser seu aluno já lhe admirava e agora ainda mais, em virtude de visualizar seu profissionalismo e dedicação.

Sua paciência mesclada com sábios conselhos e instruções, com certeza me ajudaram a melhorar como acadêmico e ser humano: foi um privilégio ser vosso orientando!

A Unipampa foi um marco em minha vida e poder participar do Programa de Pós-Graduação em Ensino é um grande privilégio, por isso agradeço a todos os colegas e docentes que compartilharam essa caminhada comigo! Vida longa à educação pública, que o seja cada vez mais inclusiva!

RESUMO

A partir da lei n.º10.436 de 24 abril de 2002 (BRASIL, 2002) se concebe a Língua de Sinais Brasileira (LIBRAS), como língua reconhecida dos surdos, juntamente como o decreto n.º5.626/2005, a Lei n.º12.319/2010 que regulamenta a profissão de tradutor intérprete de Libras e agora mais recentemente a Lei n.º13.409, 28 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), assegura o direito à reserva de vagas às pessoas com deficiência (PcD) para o acesso ao ensino superior. Dito isso, a presente pesquisa investigou a realidade da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) no que se refere às barreiras de acesso e permanência do estudante surdo ao ensino superior. Para isso cunhamos três objetivos específicos: 1) identificar, através de uma revisão sistemática da literatura, quais barreiras são apontadas frente ao acesso e permanência dos estudantes surdos nos cursos de graduação; 2) realizar levantamento do quantitativo de estudantes surdos que ingressaram, permaneceram e conseguiram concluir sua graduação na Universidade Federal do Pampa, no período de 2017 a 2022, por meio de análise documental; 3) averiguar quais são as políticas de acesso e permanência na Unipampa e analisar se estas ações contemplam os estudantes surdos. Trata-se de uma pesquisa documental, de abordagem quali-quantitativa, cujos objetos de análise foram o Relatório de ingresso de estudantes PcDs (Pessoas com Deficiências), Plano de Desenvolvimento Institucional, Plano de Dados abertos e os relatórios de gestão do Núcleo de inclusão e Acessibilidade (NinA). A análise de dados ocorreu por meio da análise de conteúdo a partir de três categorias de análise propostas, que foram: barreiras ao acesso, incentivo e apoio à permanência e a inclusão dos estudantes surdos no Ensino Superior e por conseguinte foi realizada uma entrevista semi-estruturada com estudantes surdos de modo a compreender seus desafios dentro e fora de sala de aula enquanto estiveram na graduação. Com esta pesquisa temos o panorama dos desafios e barreiras que os estudantes surdos enfrentam na instituição (Universidade Federal do Pampa), dentre as quais destaca-se: a falta de tradutores/intérpretes de LIBRAS, o desconhecimento por parte dos docentes da cultura e língua dos estudantes surdos o que gera uma barreira comunicacional dificultando o vínculo entre estudantes e os docentes; a barreira metodológica e pedagógica sendo que os processos avaliativos e materiais de leitura são em português o que resulta em grande dificuldade para os estudantes surdos e a barreira atitudinal que permeia toda a instituição, e com esses resultados em mãos propomos ações para a Divisão de Educação Inclusiva e Acessibilidade, bem como para toda instituição, para minimizar ou até mesmo remover essas barreiras, promovendo assim um ambiente propício ao desenvolvimento da comunidade acadêmica.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino superior; educação de surdos; acesso; permanência.

ABSTRACT

From the law n°10. 436 of April 24, 2002 (BRASIL, 2002) recognizes the Brazilian Sign Language (Libras) as the official language of the deaf, together with Decree 5.626/2005, Law 12.319/2010 that regulates the profession of interpreter of Libras and now, more recently, Law N° 13,409, December 28, 2016 (BRASIL, 2016), guarantees the right to quotas for people with disabilities to access higher education. That said, this project aims to investigate the reality of the Federal University of Pampa (UNIPAMPA) with regard to what are the barriers to access and permanence of deaf students in higher education. Throughout your graduation, we will have three specific objectives: 1) Identify, through a systematic review of the literature, which barriers are identified in the face of access and permanence of deaf students in undergraduate courses; 2) Conduct a survey of the number of deaf students who entered, remained and managed to complete their graduation at the Federal University of Pampa, from 2017 to 2022, through document analysis; 3) Analyze Unipampa's admission and permanence policies and identify which support actions are offered by the institution for deaf students; This is a documentary research, with a quali-quantitative approach, whose objects of analysis will be the Student Admission Report for People with Disabilities, the Institutional Development Plan, the Open Data Plan and the NinA management reports. Data analysis will be through Content Analysis based on three categories of analysis proposed a priori, which will be: barriers to access, incentive and support for permanence and inclusion of deaf students in Higher Education. It is hoped that with this research we will have an overview of the challenges and barriers that our deaf students face in our institution, Universidade Federal do Pampa, and with these results in hand, propose actions for the Accessibility and Inclusion Center, as well as for the entire institution, to minimize or even remove these barriers, if possible, thus promoting an environment conducive to the academic development of our students.

KEYWORDS: Higher education; deaf education; access; permanence.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Quantidade de ingresso evasão na graduação (2012 a 2019) 66

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: String de buscas na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações	49
Quadro 2: Resultados das Buscas na BDTD	50
Quadro 3: Extração dos dados dos artigos	51
Quadro 4: Principais contribuições para área/Resultados das obras	54
Quadro 5: Ingresso/Evasão número de alunos com deficiência	67
Quadro 6: Quantitativo de estudantes com deficiência auditiva parcial	74
Quadro 7: Quantitativo de estudantes com deficiência total	74

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACS - Assessoria de Comunicação e Social

ADAFI - Assessoria de Diversidade, Ações afirmativas e inclusão

ADIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior.

AEREs - Atividades de Ensino Remoto Emergenciais

BDTD - Biblioteca de Teses e Dissertações

CAF- Coordenadoria de ações Afirmativas

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e tecnológico

DEIA - Divisão de Educação Inclusiva e Acessibilidade

EaD - Ensino a Distância

ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio

FENEIS - Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos

FIES - Programa de financiamento Estudantil

IES - Instituição(ões) de Ensino Superior

INES - Instituto Nacional de Educação de Surdos

LBI - Lei Brasileira de Inclusão

LDB - Lei de Diretrizes e Bases

LIBRAS - Língua Brasileira de Sinais

MEC - Ministério da Educação

NInA - Núcleo de inclusão e Acessibilidade

PCD - Pessoa com deficiência

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PDA - Plano de Dados Abertos

PNAES - Programa Nacional de Assistência Estudantil.

PPGE - Programa de Pós-Graduação em Ensino.

PROCADI -Pró-Reitoria de Comunidades, Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão

PROGRAD - Pró-Reitoria de Graduação.

PROGEPE - Pró- Reitoria de Gestão de Pessoas.

PROEC- Pró-Reitoria de Extensão e Cultura.

PRODAE- Pró- Reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil.

ProUni - Programa Universidade para Todos

QRSTA - Quadro de referência dos servidores técnicos-Administrativos

RS - Rio Grande do Sul

SISU - Sistema de Seleção Unificada

TILS - Tradutor/Intérprete de LIBRAS

UFC - Universidade Federal do Ceará

UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFPEL - Universidade Federal de Pelotas

UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina

UFSM - Universidade Federal de Santa Maria

UNESP- Universidade Estadual Paulista

UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
1.1 Apresentando a pesquisa.....	15
1.2 TRAJETÓRIA ACADÊMICO-PROFISSIONAL.....	20
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	22
2.1. História da educação de surdos no Brasil.....	22
2.2. Políticas de acesso e permanência no Ensino Superior.....	27
3. METODOLOGIA.....	35
3.1 Abordagem.....	35
3.2 Pesquisa documental.....	37
3.3 O contexto de pesquisa.....	42
3.4 Análise dos Dados.....	43
3.5 Entrevista.....	45
4. RESULTADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA.....	47
4.1 Revisão Sistemática de Literatura.....	47
4.2. Método: Revisão Sistemática.....	47
4.3. Elaboração da String de busca.....	48
4.4. Extração dos Dados dos Artigos selecionados.....	50
4.5. Síntese e Interpretação dos Dados.....	53
5. ANÁLISE DE DADOS.....	59
5.1 Barreiras ao Acesso.....	59
5.2 Incentivo e Apoio à Permanência.....	64
5.2.1 Atuação dos Tradutores e Intérpretes de LIBRAS.....	68
5.2.2 Monitoria.....	69
5.2.3 Prática Docente.....	71
5.3 A inclusão dos estudantes surdos na Unipampa.....	73
6. Alguns indicativos para remoção de barreiras aos estudantes Surdos.....	80

6.1 Formação continuada de TILS, Monitores e Comunidade Externa.....	81
6.2 Remoção das Barreiras Pedagógicas e Metodológicas.....	82
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS.....	87
APÊNDICES.....	91

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho trata sobre a temática da inclusão dos estudantes surdos no Ensino Superior, a inclusão destes representa um avanço significativo em direção a uma sociedade mais equitativa e justa, já busca garantir que indivíduos surdos tenham acesso às mesmas oportunidades educacionais que seus colegas ouvintes, promovendo a diversidade e a igualdade dentro do ambiente acadêmico. Esta pesquisa se desenvolveu dentro do Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa. Abaixo é realizada a apresentação da temática da pesquisa e sua contextualização, após isso será apresentada a trajetória acadêmico-profissional do pesquisador.

1.1 Apresentando a pesquisa

A partir da lei n.º 10.436 de 24 abril de 2002 (BRASIL, 2002) concebe a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como língua reconhecida dos surdos, juntamente como o decreto n.º 5.626/2005, a Lei n.º 12.319/2010 que regulamenta a profissão de tradutor intérprete de LIBRAS e agora mais recentemente a Lei n.º 13.409, 28 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), assegura o direito à reserva de vagas às pessoas com deficiência (PcD) para o acesso ao Ensino Superior, que segundo Lei n.º 13.146, de 6 de Julho de 2015 que diz no artigo 2º:

Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, ONLINE).

É importante destacar que a deficiência não é uma condição permanente e imutável da pessoa, mas as instituições acabam criando barreiras, que devem ser removidas com o apoio adequado e a eliminação de obstáculos físicos, sociais e atitudinais que limitam a participação das pessoas com deficiência na sociedade, e a reserva de vaga, veio contribuir para que o estudante surdo possa a ingressar no Ensino Superior.

O sujeito surdo geralmente faz parte do que se chama “comunidade surda”, isto é, quando falamos na comunidade surda, ela é bastante abrangente e reúne todas as pessoas que se comunicam por meio de Língua de Sinais e/ou experiências visuais, com histórias e vivências em comum, sejam elas surdas ou ouvintes. Além disso, algumas

peças surdas podem se identificar apenas como pessoas com deficiência auditiva, sem se envolver com a agremiação sobredita. A comunidade em questão, possui uma cultura e identidade, muitos de seus membros não consideram a surdez uma deficiência, mas como uma forma de identidade cultural.

Nesse sentido, a diversidade surda abrange pessoas com diferentes níveis de perda auditiva, desde aquelas que são completamente surdas até as que têm algum grau de surdez, e que utilizam diferentes formas de comunicação, incluindo a língua de sinais, a leitura labial e a escrita. É importante destacar que essa biocenose não é homogênea e que contempla clivagens culturais, linguísticas e sociais.

Para Quadros (2004, p.19), “a Língua Brasileira de Sinais é uma língua visual-espacial articulada através das mãos, das expressões faciais e do corpo, para comunicar ideias, pensamentos e emoções”. Assim como outras línguas, ela tem gramática e estrutura própria, além de regionalismos e variações linguísticas e é considerada uma língua completa e complexa, com respectiva gramática e estrutura linguística distinta da língua portuguesa. Nesse sentido, encontram-se na LIBRAS vários níveis de descrição e análise linguísticos, tais como fonético, fonológico, morfológico, sintático, semântico e pragmático, que encontramos em qualquer língua tem sua estrutura própria.

Conforme Quadros e Cruz (2011, p.17) “os aspectos linguísticos das línguas de sinais apresentam análises em todos os níveis da linguística, ou seja, nos níveis fonológicos (quirológico), morfológico, sintático, semântico e pragmático”. É importante ressaltar que LIBRAS não é uma língua universal de sinais, ou seja, não é a mesma em todos os países. Cada país tem sua própria língua de sinais, com suas peculiaridades e variações. É a língua natural usada pela comunidade surda brasileira, e que deve ser respeitada e difundida em todos os espaços.

Um dos autores que explorou essa temática é o linguista norte-americano William Stokoe, considerado um dos fundadores desta área. Em suas pesquisas, Stokoe (1978, p. 86) defendeu que “as línguas de sinais são verdadeiras línguas naturais, com gramática e estrutura próprias, não simplesmente gestos ou mímicas desordenadas”.

Desta maneira, a presente pesquisa é importante, pois traz como objetivo geral a proposta de investigar a realidade da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA) no que se refere a identificar as barreiras ao acesso e permanência dos estudantes surdos no Ensino Superior e que as políticas educacionais da instituição não contemplam esses estudantes. Conhecer esses dados contribui para que a UNIPAMPA, mais

especificamente o Núcleo de inclusão e Acessibilidade (NInA), elabore políticas educacionais que promovam o acesso e a permanência (até a conclusão da graduação), diminuindo assim a retenção e a evasão, que são problemas que afligem as instituições de ensino, configurando um desperdício social, acadêmico e econômico para o país.

Outrossim, observa-se que nos últimos anos (2016-2022) os repasses de recursos para a área da Educação tem diminuído gradativamente. A Unipampa informou a todos seus servidores que em primeiro (1º) de dezembro, o Governo Federal efetivou bloqueio orçamentário no Ministério da Educação (MEC), significando o corte de mais de três (3) milhões do orçamento da Universidade Federal do Pampa (Unipampa).

Além dos dois vírgula quatro (2,4) milhões que já estavam bloqueados conforme nota divulgada em vinte e nove (29) de novembro e informado juntamente que “havia em junho recebido um bloqueio orçamentário de R\$ 3,4 milhões que somado a esse novo bloqueio atinge R\$ 6,5 milhões de orçamento indisponível, o qual foi reduzido do orçamento aprovado no início de 2022. Isso sem contar o déficit já acumulado de 2021 que somava R\$ 4 milhões”, reforçando a situação a mensagem Siafi 2022/3095354, enviada pela Setorial Financeira do MEC, na noite de 1º de dezembro, elucidando que a impossibilidade de repasse financeiro se estende a toda a Administração Pública Federal, o Governo avançou em despesas que já haviam sido empenhadas, deixando as universidades federais do país no negativo.

Em 7 de Outubro de 2022 o presidente da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) faz esclarecimentos sobre o novo corte nos recursos da educação mostrando a gravidade dos cortes para as Universidades Federais. Por meio do ofício n.º 170/2022/PROGRAD/UNIPAMPA de 8 de dezembro de 2022, a UNIPAMPA afirma:

Os últimos cortes financeiros para educação se somam a um movimento que estamos vivenciando há alguns anos, que busca asfixiar a educação superior pública. Lamentamos profundamente este cenário, pois as perdas vão muito além do material (Universidade Federal do Pampa, 2022, p. 4).

Considerando os elementos susoditos, é visível o retrocesso de investimentos, sobretudo no que tange o Ensino Superior, fato que colabora ainda mais para a evasão dos estudantes. O Governo editou, no dia 30 de novembro, o Decreto n.º 11.269, que alterou os anexos do Decreto n.º 10.961, de 11/2 – Decreto de Programação Orçamentária e Financeira (Dpof), que dispõe sobre a programação orçamentária e

financeira e estabelece o cronograma de execução mensal de desembolso do Poder Executivo Federal para 2022. Dentre outras providências, o novo decreto zerou o limite de pagamentos das despesas discricionárias (anexo II do Dpof) do MEC previsto para o mês de dezembro, além disso, no mês de novembro, a Unipampa tinha R\$ 6.152.993,90 de saldo a pagar até aquele momento, incluindo o valor de bolsas que eram de R\$ 1.077.175,98, e não havia financeiro, afetando as bolsas de assistência estudantil, acadêmicas, entre outras, as quais sem previsão de pagamento, enquanto o Governo Federal não enviar os recursos financeiros destinados para tal.

Isso faz pensar na situação da Unipampa, uma universidade relativamente jovem comparada com as demais Instituições de Ensino Superior Federais tão renomadas no Brasil, amparada pela política de expansão e renovação das Instituições Federais de Educação Superior promovida pelo Governo Federal a partir de 2005. Até então, “[...] essa região era caracterizada por ser um extenso território, com complexidades no processo de desenvolvimento e de acesso à educação pública e superior” (Universidade Federal do Pampa, 2019, p. 11).

Essa ação sobredita desencadeou diversos desafios e que ainda persistem, tais como a infraestrutura que inclui a construção e manutenção de prédios, laboratórios, bibliotecas e outros equipamentos necessários para garantir um ambiente adequado de ensino e aprendizagem, o financiamento já que expansão do ensino superior requer investimentos significativos em recursos financeiros, que podem ser difíceis de serem obtidos em um cenário de restrição orçamentária, falta de disponibilidade de profissionais qualificados, transporte adequado e acessível para os alunos, bem como moradia estudantil em locais próximos aos campi universitários, a conectividade e o acesso a recursos digitais, principalmente em áreas remotas do estado e ainda as especificidades de cada região que necessitam um planejamento que atenda às demandas de cada região. É neste cenário brasileiro de grandes demandas, que ora questionamos: a Unipampa está se ajustando para a inclusão? segundo Sasaki (2009, p. 1) inclusão é:

Inclusão, como um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana - composta por etnia, raça, língua, nacionalidade, gênero, orientação sexual, deficiência e outros atributos - com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações (Sasaki, 2009, p. 1).

A partir da legislação vigente houve uma aumento no acesso destes estudantes na instituição? Existe uma rede de apoio ou políticas institucionais que contemplem os

estudantes surdos? Será que as barreiras quanto à permanência são estruturais ou atitudinais ou ambas? E que ações são necessárias para "quebrá-las"?

Dessa forma, a presente pesquisa tem 3 objetivos específicos que ajudam a entender o contexto na Unipampa, referente ao acesso e permanência: 1) identificar, por meio de uma revisão sistemática da literatura, quais barreiras são apontadas frente ao acesso e permanência dos estudantes surdos nos cursos de graduação; 2) realizar um levantamento do quantitativo de estudantes surdos que ingressaram, permaneceram e conseguiram concluir sua graduação na Universidade Federal do Pampa, no período de 2017 a 2023 (o recorte temporal da pesquisa se dará a partir de 2017 pois foi no início deste ano que passou vigorar a Lei n.º 13.409, 28 de dezembro de 2016) por meio de análise documental; 3) analisar se as políticas de ingresso, permanência e ações de apoio que são oferecidas pela instituição contemplam os estudantes surdos.

Quanto à metodologia da investigação foi realizada uma pesquisa com abordagem quanti-qualitativa (Knechtel, 2014, p. 193) e com objetivo exploratório, no qual realizou-se uma pesquisa documental (Gil, 2002, p.45) que computou documentos institucionais como instrumentos de coleta de dados, e aplicou sob tal triagem a análise de conteúdo, a fim de alcançar os objetivos propostos para este estudo dissertativo e seu respectivo produto final.

Esta pesquisa foi produzida no Programa de Pós-Graduação em Ensino da Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, no Mestrado Acadêmico em Ensino (MAE) pertencente a linha de pesquisa 1 que estuda as Perspectivas Epistemológicas e Pedagógicas Plurais, Inovadoras e Inclusivas na área do ensino.

Se faz necessário conhecer mais de perto o que está acontecendo na instituição, especialmente no que tange a inclusão e a acessibilidade, estas contemplam além de mudanças nas estruturas dos prédios, criação de rampas ou até mesmo a presença do intérprete em sala de aula atuando. Propomos ampliar os horizontes analíticos, a saber, identificando as barreiras que afetam a permanência desses estudantes surdos, tendo os dados, recomendamos com ênfase a elaboração de políticas institucionais que visam diminuir essas barreiras, resultando na prestimada redução da evasão acadêmica.

Para tanto, antes de se explicitar o que será abordado nos capítulos a seguir, é importante informar que os documentos fornecidos pela Unipampa e os processos de acesso a instituição, como ENEM e SISU não fazem distinção entre Surdos (usuários de LIBRAS) e surdos não Usuários de LIBRAS, o sistema de cadastro se refere a estes como "pessoas com deficiência auditiva", devido a isso igualmente não se fará distinção

entre esses dois grupos na pesquisa, ora denominados como estudantes surdos, englobando esses dois grupos.

No capítulo 2 será apresentada a história da educação de surdos no Brasil, enfatizando o Ensino Superior e as políticas de acesso e permanência e as leis que regem a área. A metodologia da pesquisa, por seu turno, será detalhada no capítulo 3, onde explicamos o tipo de pesquisa, sua respectiva abordagem, realizamos a apreciação dos dados e o contexto da pesquisa. O capítulo 4 apresenta os resultados da revisão sistemática de literatura, bem como a problematização dos dados obtidos por meio da síntese e interpretação. Posteriormente, no capítulo 5, será apresentado a análise dos dados sob o prisma da análise de conteúdo, trazendo os resultados encontrados nos documentos oficiais e nas entrevistas. Já no capítulo 6 se desenha uma proposição tácita para a atual Divisão de Educação Inclusiva e Acessibilidade da UNIPAMPA alguns indicativos para remoção de barreiras aos estudantes surdos. Posteriormente, no capítulo 7, elucubramos com cuidado e atenção às considerações finais.

1.2 TRAJETÓRIA ACADÊMICO-PROFISSIONAL

Neste item, será apresentada a trajetória acadêmico-profissional do pesquisador, devido a isso se usará a primeira pessoa no singular para se referir a si mesmo. Minha trajetória acadêmica começa no Ensino Superior começa em 2002 quando eu ingressei na Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC), no curso de Filosofia, nessa época eu trabalhava de manhã e tarde numa fábrica metalúrgica e à noite eu estudava. Infelizmente devido ao adoecimento de meu pai, o que acarretou vários gastos familiares eu tranquei minha matrícula. Após algum tempo depois do falecimento de meu pai ingressei na Faculdade Porto-Alegrense (FAPA) porém no curso de história, eu tinha em torno de 22 anos, cursei por dois anos mas novamente tive que trancar minha matrícula mas devido eu estar me preparando para constituir minha família com minha esposa o que acarreta sempre gastos. Comecei a ter contato com a comunidade surda desde 2007, sempre “atuei” a partir deste contato como “intérprete” sem saber exatamente o que estava acontecendo, com o tempo fui me profissionalizando e me capacitando, atuando na área do Ensino (maior parte do tempo no ensino superior e voluntariado) e na política. Quando passei no concurso público para Tradutor/Intérprete de Libras na Universidade Federal do Pampa em Bagé no ano de 2016 me mudei para a cidade e após alguns meses me matriculei novamente no curso de História da UniCesumar em um polo da

cidade, enquanto trabalhava na Unipampa conclui minha graduação. Atualmente sou graduado em história licenciatura, pós-graduado lato-sensu em metodologia do ensino de filosofia e sociologia e após isso fiz outra especialização em LIBRAS. Quando comecei a ter mais contato com o sujeito surdo, despertou-me a preocupação e questionamento acadêmico à respeito do ensino de surdos, em como se realiza os processos de ensino e aprendizagem, suas identidades, culturas e a formação de “Tradutor e Intérprete de Libras TILS”.

Atualmente atuo na UNIPAMPA, mais especificamente no Núcleo de inclusão e acessibilidade (NInA) como Tradutor intérprete de Libras (TILS), a problemática investigada também afeta diretamente em meu cotidiano na instituição.

Quando Ingressei em novembro de 2016 como servidor, inicialmente atendendo as demandas provindas das Pró-reitorias e a Assessoria de Comunicação Social (ACS), porém, gradativamente comecei a dar suporte tradutório e interpretativo aos *campi*, que estão espalhados em 10 municípios da região sul do estado do Rio Grande do Sul, percebi um aumento significativo no número de ingressos de estudantes surdos e a diminuição de colegas TILS atuantes na instituição (alguns se afastaram devido à sobrecarga de trabalho levando-os ao adoecimento), sendo igualmente expressivo o número de evasão desses estudantes da graduação.

Posteriormente, como discente do MAE (Mestrado Acadêmico em Ensino), este me abriu os horizontes para compreender um pouco mais como se dá e se desenvolve o processo de Ensino e Aprendizagem, bem como os entraves e barreiras que se apresentam a esse processo, dentro da instituição de Ensino Superior a qual eu estudo e trabalho. É a segunda vez que tentei ingressar no Programa de Mestrado Acadêmico em Ensino e me sinto feliz de tê-lo galgado. Nestes últimos anos vivemos um período complexo do ponto de vista político e ainda mais tenebroso na área da saúde, houve uma grande epidemia sem precedentes desde nos últimos 100 anos, ninguém ficou imune de suas consequências, tive perdas familiares e um grave adoecimento emocional e físico.

Outrossim, o período que estou no mestrado foi muito enriquecedor tanto no âmbito profissional, acadêmico e humano. O intercâmbio com professores, colegas e debruçar sob o objeto de pesquisa me ajudaram na lapidação como pesquisador, refinando conceitos e compreendendo mais a problemática e suas bifurcações. Estou prestes a defender esta dissertação e espero agregar na área da inclusão, especialmente para minha atual instituição acadêmica.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

O presente capítulo irá trazer os principais conceitos e referenciais que compõem a pesquisa. Inicialmente, se apresenta a história da educação dos estudantes surdos no Brasil e após as leis e políticas que colaboraram para o acesso e permanência desses discentes no Ensino Superior.

2.1. História da educação de surdos no Brasil

No Brasil, a história da educação de surdos teve início com a criação do Instituto de Surdos-Mudos, que atualmente tem o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos-INES, fundado em 26 de setembro de 1857, pelo professor surdo francês E. Huet, ex-aluno do Abade L'Épée (Importante educador Francês do século XVIII, sua atuação na área da educação de surdos é reconhecida até hoje), '[...]' que veio ao Brasil a convite do Imperador D. Pedro II para trabalhar na educação de surdos [...]' (STROBEL, 2008, p. 27). No início, "os surdos eram educados por linguagem escrita articulada e falada, datilologia e sinais", de acordo com Strobel (2008, p. 28).

Segundo Strobel (2008) a escola do INES era o ponto de convergência e referência dos professores de surdos e dos próprios surdos da época. Eles usavam a Língua de Sinais Francesa (LSF), trazida por Huet, e misturavam com os sinais regionais já existentes no país. Esta relação originou a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, que usamos hoje.

Em 1880 foi realizado o 2º Congresso Internacional em Milão que provocou uma drástica mudança nas práticas pedagógicas para o ensino de surdos, organizado por praticamente oralistas, o oralismo refere-se a uma abordagem educacional que prioriza o ensino da comunicação oral, em oposição ao uso de línguas de sinais ou outras formas de comunicação não vocalizadas, onde o objetivo era integrar as crianças surdas na sociedade ouvinte, promovendo a comunicação oral. O oralismo passa a ser obrigatório na educação de surdos e no mundo todo com exceção da Universidade Gallaudet nos Estados Unidos. O oralismo foi o referencial assumido e suas práticas educacionais foram amplamente desenvolvidas e divulgadas permanecendo por quase um século como prática pedagógica obrigatória.

De acordo com Goldfeld (1997, p. 108) "[...] o oralismo tem como objetivo, ou filosofia oralista, integração da criança surda na comunidade de ouvintes mediante o

desenvolvimento da língua oral [...]”, o português no caso do Brasil. O oralismo entende a surdez como uma deficiência que precisa ser direcionada para normalidade mediante a estimulação auditiva e é reabilitação na fala da criança surda.

O modelo oralista não conseguiu os resultados que pretendia, pois grande parte dos surdos não conseguiu desenvolver uma linguagem oral fluente ou que lhe permitisse transitar em diversas áreas da sociedade, além de apresentar grande dificuldade em ler e escrever.

Segundo Ciccone (1996, p.6), renasce no Brasil o uso de sinais entre os anos de 1980 e 1990 com a filosofia educacional “Comunicação Total”, esta teve origem nos Estados unidos com a proposta de melhorar a educação de surdos usando todos os recursos disponíveis para colaborar com a comunicação, como a fala, gestos, sinais, mímicas, dança, alfabeto manual, entre outros.

Em 1987 foi-se criada a Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS), que tem por principais objetivos o fomento a pesquisas para sistematização e padronização do ensino de Libras para ouvintes e a defesa dos direitos linguísticos e culturais da comunidade surda e a inclusão do surdo no mercado de trabalho.

A Constituição Brasileira de 1988 foi um marco para a história da educação dos surdos de acordo com o Felipe (2006, p.45) a Constituição Federal (BRASIL, 1988) os artigos 205 e 208, e a Lei de Diretrizes e bases-LDB (BRASIL, 1996) e os artigos 4º, 58º, 59º e 60º “asseguram o direito à igualdade e oportunidade nos processos educacionais para as pessoas surdas”. A comunidade surda se mobiliza ainda mais em busca de seus direitos e sonhos.

A Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) foi oficializada como língua dos surdos brasileiros por meio da Lei de n.º 10.436/2002 (BRASIL, 2002), mas não somente isto, está reconhecendo a comunidade, cultura e identidade do sujeito surdo. Em dezembro de 2005 é publicado o decreto n.º 5.626 (BRASIL, 2005) que regulamenta a lei de Libras de 2002, decreto orienta que a Libras seja ministrada como disciplina obrigatória em cursos de licenciatura e fonoaudiologia, desse modo, a libras deverá ser difundida em diversos níveis escolares e em órgãos da administração públicas e privada. Algo notável também foi que decreto cria cursos superiores de Letras-libras o que oportuniza que professores surdos sejam formados e também a formação de tradutores/intérpretes de libras em nível superior.

Um dos resultados tanto da Lei quanto do Decreto sobreditos, foi que no ano de 2006 a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) abriu o curso de licenciatura de

Letras-Libras em modelo EaD, foi ofertado 500 vagas em 9 polos espalhados em todo o Brasil, esta foi a primeira vez que um grande número de alunos surdos tiveram acesso ao ensino superior público no Brasil, algo marcante na história da Educação de surdos. Novamente em 2008, a UFSC, além do curso de Letras-Libras EaD licenciatura, oferta o curso em bacharelado (também em EaD) que tinha o objetivo de formar tradutores/intérpretes de Libras, tendo no total 900 vagas espalhadas em 16 polos em todo o Brasil.

Em 2015 a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) Lei n.º 13146 de 2015 (BRASIL, 2015) em seu artigo 1º diz: “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e liberdades fundamentais por pessoa com deficiência visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015).

E mais recentemente a Lei n.º 13.409 de 2016 assegura o direito à reserva de vagas às pessoas com deficiência para o acesso ao ensino superior (BRASIL, 2016), ambas contribuem colaborativamente para o ingresso dos surdos ao Ensino Superior. Porém, segundo Daroque (2011), o número de alunos surdos que conseguem ingressar no Ensino Superior ainda é muito pouco e aqueles que conseguem, trazem consigo fortes marcas do oralismo, pois tiveram uma educação com instrução visando à alfabetização de ouvintes.

Nos últimos anos, o movimento surdo tem ganhado mais visibilidade e lutado por mais inclusão e acessibilidade para as pessoas surdas em diversas áreas da sociedade. O movimento surdo do Rio Grande do Sul é composto por diversas organizações e associações de surdos, que trabalham juntas em prol desses objetivos.

Entre as principais entidades do movimento surdo no estado estão a Sociedade dos Surdos do Rio Grande do Sul - SSRS, a Associação dos Surdos de Pelotas (ASP), Associação de Crianças e Adolescentes Surdos (Acas) e a Associação dos Surdos de Santa Maria (ASSM). Algumas das principais conquistas e iniciativas desse movimento incluem: mais acessibilidade em espaços públicos e privados, maior representatividade e participação política, bem como a valorização da sua identidade que inclui uma língua, tradições, costumes e história.

As associações de surdos desempenham um papel fundamental na construção da pauta do ensino superior para estes, uma vez que representam a comunidade surda e são responsáveis por defender seus interesses e demandas. Uma demonstração do exposto é a reivindicação dos surdos e suas especificidades linguísticas, que foram consideradas em 2002, pela sanção da lei n.º 10.436, que dispõe sobre a Língua

Brasileira de Sinais – Libras, reconhecendo-a como meio de comunicação e expressão. “A partir desta lei a Língua brasileira de sinais (Libras) ganhou respaldo e o surdo pode buscar no poder público o acesso à educação e outros serviços” (Lacerda, 2009, p.50).

A educação bilíngue como política linguística no Brasil tem gerado debates, questões levantadas referentes ao PNE (Plano Nacional de Educação), em trabalho conjunto, com a participação da FENEIS, no domínio do MEC, para a elaboração de metas e recomendações para desenvolvimento de políticas linguísticas engajadas com a realidade das escolas bilíngues.

Originou-se da interlocução susodita o documento que sinaliza a importância de políticas linguísticas que contemplem as duas línguas, durante a vida escolar do estudante surdo, sendo a língua de sinais a de instrução, que desenvolve a sua identidade como pessoa surda. A criança surda tem direito de ser instruída na língua que lhe é significativa, segundo a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, elaborada na cidade de Barcelona, Espanha, em 6 de junho de 1996. Segundo Slomski (2010):

“[...] as razões para tal afirmação provêm de estudos linguísticos sobre língua de sinais e da Declaração dos Direitos Humanos e Linguísticos, que garantem o direito a todos os usuários de uma língua não oficial do país, ao qual pertencem (Libras no caso dos surdos brasileiros), de serem educados em sua língua minoritária” (Slomski, 2010, p. 48)

As políticas linguísticas atuais orientam o trabalho para a abordagem bilíngue, entre a Libras e a Língua Portuguesa, para que estas possam promover uma educação consistente e produtiva, esta política linguística busca garantir que as pessoas surdas tenham o direito de usar sua língua e cultura em todos os aspectos da vida, e que sejam incluídas plenamente na sociedade, respeitando e valorizando sua diversidade linguística e cultural.

Tendo uma formação sólida do professor de LIBRAS, ou melhor, a constituição de professores proficientes, que usarão a LIBRAS como língua de instrução é fundamental, pois “os alunos se espelham nesse professor bilíngue, o respeitam, pois, dele também recebem respeito, conseguem ter um envolvimento psicossocial mais amplo e conseqüentemente se sentem aceitos” (SKLIAR, 2003, p. 85). As políticas linguísticas para os surdos envolvem um conjunto de medidas e ações voltadas para a promoção, proteção, valorização da língua de sinais e da cultura surda, visando garantir o acesso aos direitos e serviços básicos e a inclusão social e educacional dessas pessoas.

Tanto a FENEIS (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos) quanto o INES (Instituto Nacional de Educação de Surdos) têm desempenhado um papel importante na luta pela inclusão e acessibilidade dos surdos no ensino superior no Brasil. A exemplo disto, a FENEIS oferece cursos preparatórios para o ENEM e vestibulares, com foco na preparação de estudantes surdos para as provas, esses cursos visam aumentar as chances de acesso dos surdos ao ensino superior.

Adicionalmente, a FENEIS tem promovido parcerias com instituições de ensino superior para oferecer cursos de graduação e pós-graduação em LIBRAS e para facilitar o acesso dos surdos a programas de intercâmbio e mobilidade acadêmica, tem trabalhado na elaboração de materiais didáticos em LIBRAS para o ensino superior, visando ampliar o acesso dos surdos a conteúdos educacionais em sua língua natural.

Já o INES tem produzido materiais didáticos acessíveis em LIBRAS e em formatos acessíveis para surdos, incluindo livros, apostilas e outros recursos pedagógicos. Esses materiais favorecem a aprendizagem e o acesso dos surdos aos conteúdos educacionais, realização de pesquisas e projetos sobre educação inclusiva para surdos, contribuindo para a produção de conhecimento e para a construção de políticas públicas que favoreçam a inclusão e acessibilidade dos surdos no ensino superior e em outros níveis de ensino.

Apesar dos avanços conquistados pelos movimentos da comunidade surda, ainda há um longo caminho a ser percorrido para inclusão dos estudantes surdos. De acordo com Silva e Sanches (2017, p. 2), “[...] fazer parte de uma instituição de Ensino Superior (IES), onde a cultura ouvinte é o parâmetro, configura-se um desafio para os estudantes surdos”. Portanto, é necessário uma mudança metodológica nas práticas de ensino e aprendizagem que contemplem e abarque pedagógica-didaticamente estes alunos.

Segundo Loss (2015, p. 72) se destaca um ponto crítico no processo de inclusão de estudantes surdos na educação: “embora as políticas públicas tenham ampliado as possibilidades de acesso, especialmente no Ensino Superior, a formação dos educadores não acompanhou essa expansão”. Isso significa que muitos professores só começam a pensar em como atender às necessidades dos alunos com deficiência auditiva quando se deparam com eles em sala de aula. Esse descompasso pode resultar em desafios na inclusão efetiva desses alunos, já que os educadores podem não estar suficientemente preparados para lidar com as necessidades específicas de ensino e comunicação dos estudantes surdos.

2.2. Políticas de acesso e permanência no Ensino Superior

A Constituição Federal (BRASIL, 1988, artigo 206) em seus incisos dizem assim:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- IX - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

Assim, a Constituição Federal afirma que todo cidadão tem o direito ao acesso, permanência e a garantia ao ensino por toda a sua vida. Já no artigo 208 da Constituição (BRASIL, 1988), o inciso V diz que todos têm direito aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um. Dessa forma, com a Constituição Federal de 1988 o Brasil lança a base para democratizar o ingresso às Instituições de Ensino Superior (IES). A legislação brasileira destinada às pessoas com deficiência foi baseada nos mesmos princípios da ONU, que visam promover o bem-estar e as responsabilidades sociais em áreas como saúde, educação, integração comunitária e trabalho.

Um dos primeiros marcos importantes para o atendimento das pessoas com deficiência foi a Portaria N.º 1.793, de 1994, do MEC. Essa portaria acrescentou disciplinas nos cursos de licenciatura e nas áreas da saúde que abordam temas relacionados às pessoas com deficiência. Embora a portaria não forneça diretrizes específicas sobre como atender estudantes com deficiência nas universidades, ela demonstra a preocupação em formar profissionais com o conhecimento técnico necessário para trabalhar com essas questões no futuro.

Quanto ao financiamento da educação, o artigo 212 da Constituição destaca que o financiamento, tanto da educação básica quanto da superior, é uma responsabilidade do Estado. Além de garantir que a educação seja gratuita, o Estado também deve assegurar um investimento mínimo das receitas, conforme descrito nos parágrafos e incisos deste artigo.

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 1º A parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, ou pelos Estados aos respectivos Municípios, não é considerada, para efeito do cálculo previsto neste artigo, receita do governo que a transferir.

§ 2º Para efeito do cumprimento do disposto no caput deste artigo, serão considerados os sistemas de ensino federal, estadual e municipal e os recursos aplicados na forma do art. 213.

§ 3º A distribuição dos recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, no que se refere a universalização, garantia de padrão de qualidade e equidade, nos termos do plano nacional de educação.

§ 4º Os programas suplementares de alimentação e assistência à saúde previstos no art. 208, VII, serão financiados com recursos provenientes de contribuições sociais e outros recursos orçamentários.

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei.

§ 6º As cotas estaduais e municipais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica nas respectivas redes públicas de ensino (BRASIL, 1998).

A constituição, portanto, garante a gratuidade, o acesso e a manutenção da educação. Já no ano de 1996 de 20 de dezembro a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB Lei n.º 9.394/96 (BRASIL, 1996), vem colaborar com a Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), assegurando o direito ao acesso e a permanência, em seu artigo 3º dentro do tema “Dos Princípios e Fins da Educação Nacional” em seu “inciso I- igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”; A LDB reforça a afirmação de que o Estado tem responsabilidade de garantir o direito ao acesso e permanência de todo aquele que apresentem interesse, como nos afirma o “artigo 4º V- acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”.

Com a aprovação da Lei n.º 10.260/2001 (BRASIL, 2001) instituindo o Programa de Financiamento Estudantil (FIES), possibilitando o financiamento de cursos de graduação em instituições privadas de ensino superior, o que gerou um acesso maior dos estudantes ao ensino superior, porém privado.

Ainda fomentando o acesso às IES privadas, o governo criou o Programa Universidade para Todos (ProUni) em 2005, o qual destina bolsas de 50% ou de forma integral em instituições de ensino superior privadas para estudantes oriundos do ensino médio e que preenchessem os requisitos da lei n.º 11.096/05 (BRASIL, 2005), que instituiu o ProUni, o programa colaborou para que mais estudantes com condições socioeconômicas desfavoráveis pudessem continuar sua trajetória acadêmica.

Historicamente, socialmente e culturalmente, as pessoas com deficiência sempre foram estigmatizadas como “anormais”, o que limitava significativamente seu convívio em sociedade. Foi apenas após muitas lutas de grupos defensores da inclusão que algumas dessas reivindicações começaram a ser ouvidas na esfera política, resultando em legislações e medidas públicas direcionadas a essa população. Entre as políticas públicas implementadas, destacam-se aquelas relacionadas à educação, abrangendo desde a Educação Básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio) até a Educação Superior.

De acordo com o Art. 211 da Constituição Federal de 1988, “cabe à União, aos Estados, aos Municípios e ao Distrito Federal, em regime de colaboração, a responsabilidade pela garantia de organizar, gerenciar, financiar e articular os diferentes níveis de ensino”. Nesse contexto, as políticas públicas inclusivas, especialmente aquelas voltadas para as pessoas com deficiência no âmbito da Educação Superior, fazem parte de um conjunto de medidas e ações do Estado que visam promover a igualdade de oportunidades.

A Portaria nº 3.284/03 estabelece as condições que devem ser oferecidas às “pessoas portadoras de deficiência” que acessam as instituições de ensino superior. Para pessoas surdas, por exemplo, é garantido, assim como nos demais níveis de ensino, o direito a pelo menos um intérprete de Libras e uma sala de recursos na universidade, entre outras condições. Entretanto, como apontam Daroque e Queiroz (2013), o número de alunos surdos em instituições de ensino superior ainda é pequeno e cresce lentamente, sobretudo devido à pressão de movimentos sociais de surdos.

Em resposta a essa realidade, o programa INCLUIR, criado pelo MEC em 2005, foi instituído com o objetivo de qualificar o atendimento e melhorar a acessibilidade para pessoas com deficiência, destinando investimentos financeiros às universidades. Apesar desses esforços, os alunos surdos ainda enfrentam “espaços universitários que os colocam em desvantagem” (Brasil, 2005). O programa INCLUIR orienta a implementação de políticas de acessibilidade nas instituições federais de ensino superior, incluindo diretrizes que asseguram não apenas o acesso, mas também a permanência dos alunos com deficiência, por meio do monitoramento de matrículas e da busca por alternativas e recursos que garantam o atendimento e acompanhamento adequados desses estudantes.

Entre os desafios enfrentados por pessoas surdas nas universidades, segundo Daroque e Queiroz (2013) destacam vários aspectos: a exigência de domínio da língua escrita sem levar em conta a escolarização deficiente que muitos desses estudantes tiveram, o desconhecimento sobre a surdez e a língua de sinais como elementos culturais da comunidade surda, a falta de entendimento sobre o papel do intérprete, preconceitos, ausência de materiais específicos, entre outros fatores. Em outras palavras, o estudante passa quase toda a sua trajetória escolar sem ter todas as suas necessidades atendidas e, se for surdo e de baixa renda, enfrenta ainda mais dificuldades. Wilkoski (2009) critica a legislação em geral e as instituições que não atendem plenamente esses alunos, afirmando que “não se pode esperar que o aluno surdo, inserido no sistema regular, seja o único responsável por sua própria inclusão”. Esse estudante torna-se, assim, um sujeito marginalizado, que embora esteja inserido no ambiente escolar, nunca consegue integrá-lo plenamente nem entender completamente seus objetivos. Essas dificuldades são, evidentemente, uma extensão das barreiras que encontraram ao longo de toda a educação básica, especialmente no que se refere à questão linguística.

Entre os anos de 2009 e 2010 foi idealizado e concretizado uma importante política educacional pelo Ministério da Educação (MEC), plataforma do Sistema de Seleção Unificada (Sisu), possibilitando que estudantes de diferentes regiões do país pudessem ingressar em outras instituições públicas do Brasil. Em 2019 o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) foi reformulado, para que se tornasse o principal meio de entrada nas instituições federais públicas. Tanto o Sisu quanto o ENEM promovem a democratização do acesso ao Ensino Superior público.

Ainda em 2010, por meio do Decreto n.º 7234, foi instituído o Programa Nacional de Assistência Estudantil-PNAES (BRASIL, 2010), que em seu 1º artigo traz o seguinte texto: “tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, com o intuito de objetivar a permanência e a conclusão dos estudantes no ensino superior”, como nos explicita no 2º artigo, inciso II- “minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior” (BRASIL, 2010); O PNAES tem colaborado para permanência dos estudantes de forma significativa até os dias atuais.

Ampliando ainda mais o acesso às universidades públicas, popularizando o ingresso ao Ensino Superior de populações historicamente deixadas de lado pelas elites

dominantes, um dos maiores avanços que temos nos últimos anos, foi a aprovação da Lei n.º 12.711 (Lei de Cotas) de 29 de agosto de 2012:

A aprovação da Lei de Cotas afirma a ideia democrática de que a educação superior é para todos e não somente para grupos privilegiados. Apesar dos avanços nos últimos anos, o campus brasileiro continua sendo um espelho que distorce a sociedade. Números analisados e contas feitas, a conclusão a que se chega é uma só: os cursos de graduação hipertrofiaram, no campus, as desigualdades existentes (RISTOFF, 2011, p. 24).

Ela prevê a reserva de 50% das vagas de instituições federais de Ensino Superior para estudantes egressos de instituições públicas de ensino, autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência e que venham de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salário-mínimo *per capita* (BRASIL, 2012). Esta lei, assim como as demais políticas de ações afirmativas na educação, tem como objetivo basilar oferecer a possibilidade de disputar certas vagas no ensino superior para indivíduos que não teriam a chance de acessar a universidade, sendo assim uma relevante conquista social para o país (Dias; Da Costa, 2016).

Foi percorrido um longo caminho desde a Constituição Brasileira de 1988 até nossos dias, quando surgiu uma das principais legislações para a inclusão de pessoas com deficiência na educação superior. Um marco importante nesse processo foi a implementação da Lei nº 13.409/16, que alterou a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. Essa alteração passou a exigir a reserva de vagas para pessoas com deficiência nos cursos técnicos e de nível superior das instituições federais de ensino. Conforme destacado no artigo 3º da nova lei, a reserva de vagas para pessoas com deficiência (PcDs) tornou-se obrigatória.

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência [...]

Art. 5º Em cada instituição federal de ensino técnico de nível médio, as vagas de que trata o art. 4º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo do IBGE (Brasil, 2016).

Embora tenhamos feito progressos na inclusão das pessoas com deficiência tanto na sociedade quanto nas universidades, a realidade continua a ser desafiadora. A legislação, apesar de avançada, ainda não se reflete plenamente no cotidiano e nas

experiências dessas pessoas no ambiente acadêmico. Sendo as políticas de reservas de vagas, também conhecidas como cotas, são consideradas políticas reparatórias porque buscam corrigir desigualdades históricas e estruturais que afetaram certos grupos sociais, como negros, indígenas, pessoas com deficiência e estudantes de baixa renda. Como explicado por Souza (2015, p.73), “[...] essas desigualdades são resultado de anos de discriminação e exclusão social, que impediram esses grupos de terem acesso igualitário a oportunidades educacionais e profissionais”.

Em relação à comprovação da deficiência durante a matrícula dos estudantes selecionados nas reservas de vagas destinadas a pessoas com deficiência, o Art. 8º B da Portaria nº 1.117/2018 estabelece que:

A apuração e a comprovação da deficiência tomarão por base laudo médico atestando a espécie e o grau da deficiência, nos termos do art. 4º do Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doença - CID, no caso dos estudantes que sejam pessoas com deficiência, nos termos do § 2º do art. 3º e do parágrafo único do art. 4º desta Portaria, e se inscrevam nas vagas reservadas a essas pessoas (BRASIL, 2018).

É a partir das demandas apresentadas pela sociedade que as políticas públicas começam a ser delineadas, tendo como ponto de partida um planejamento bem estruturado, que é posteriormente executado com o objetivo de atender a população, proporcionando igualdade de oportunidades e garantindo direitos coletivos. Ao longo do tempo, diversas conquistas foram obtidas no campo das políticas públicas, abrangendo áreas como saúde, assistência social, habitação, trabalho, acessibilidade arquitetônica, mobilidade urbana e educação. No entanto, para que essas políticas se concretizem, é fundamental que a sociedade se envolva ativamente e permaneça vigilante, cobrando a implementação e execução dessas políticas quando necessário.

Entretanto, como a sociedade é composta por uma diversidade de pessoas, com interesses e visões que muitas vezes divergem em relação a determinados problemas, as decisões políticas podem gerar desconforto em grupos que se opõem a políticas públicas voltadas para certos grupos sociais. Um exemplo disso pode ser observado na educação superior, com as políticas de cotas para negros, pardos, indígenas e pessoas com deficiência implementadas nos cursos técnicos de nível médio e superior das instituições federais de ensino (Lei n.º 12.711/2012 e Lei n.º 13.409/2016). Após a implementação

dessas políticas, surgiram muitos debates políticos e ações judiciais contrárias ao seu estabelecimento.

Concordando com essa perspectiva, Dias e Matos (2012, p.40) afirmam que, “independentemente da política a ser seguida, é sempre possível haver opositores, e que sua implementação só será bem-sucedida se contar com o maior apoio possível entre os diferentes interesses envolvidos”. Considerando esses aspectos, no Brasil, algumas políticas públicas promovidas pelo Estado foram sendo elaboradas e planejadas, especialmente no que diz respeito à inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, um processo que ganhou força a partir da globalização intensificada no final do século XX, com o objetivo de reduzir as desigualdades sociais e combater a exclusão de uma parcela da população historicamente marginalizada.

Portanto, é necessário fazer uma consideração sobre a inclusão de pessoas com deficiência em empresas e cargos públicos, promovida por meio de legislações que serviram como incentivo para a inclusão no ensino superior. Se há vagas destinadas a pessoas com deficiência em várias esferas do serviço público e privado, existe a necessidade de qualificação profissional para que essas vagas sejam ocupadas, e essa qualificação é oferecida, principalmente, pelas instituições de ensino superior. Assim, a inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior, tema central deste trabalho, nos leva a destacar a educação na perspectiva da educação inclusiva, descrevendo como essas políticas foram implementadas no Brasil, mais especificamente na educação superior, sob a influência de organizações internacionais.

Como resultado, muitos desses grupos ainda enfrentam barreiras significativas para ingressar no ensino superior, mesmo que tenham a qualificação necessária, políticas de reservas de vagas visam reduzir essas desigualdades e aumentar a representatividade desses grupos nas universidades e no mercado de trabalho. Elas reconhecem que esses grupos foram prejudicados no passado e que precisam de medidas especiais para superar essas desigualdades.

Embora existam leis e políticas que visem garantir a acessibilidade e a inclusão das pessoas com deficiência, incluindo aquelas com deficiência auditiva, nem sempre essas medidas são implementadas de forma eficaz. Isso pode tornar difícil para as pessoas surdas encontrar e acessar programas de ensino superior que atendam às suas

necessidades específicas. Infelizmente, as pessoas surdas enfrentam uma série de barreiras no acesso à educação em geral, incluindo o ensino superior.

Não se trata apenas de ensinar Libras, mas de compreender suas múltiplas dimensões. Essa compreensão só será alcançada pelos sujeitos surdos por meio do contato com outros surdos que já vivenciaram a cultura surda e, a partir dessa experiência, desenvolveram a consciência de que, embora façam parte de um coletivo, são indivíduos únicos. Um dos princípios fundamentais é a presença de profissionais capacitados e bilíngues no processo educacional de surdos. Além disso, em um ambiente onde a maioria dos profissionais são ouvintes, mesmo que bilíngues, é essencial a referência de um profissional surdo. Quando falamos em proporcionar às pessoas surdas o acesso ao conhecimento historicamente produzido, não se trata apenas de traduzir os conteúdos do português para Libras. A questão central é que a cultura surda, além de ser construída pelos próprios surdos, precisa ser perpetuada e transmitida de forma sistematizada pela escola e por consequência pela Universidade.

Segundo Moreira (2008, p. 23), “[...] as barreiras em questão, podem incluir a falta de acesso a recursos e tecnologias de comunicação adequadas, a carência de intérpretes e profissionais treinados em língua de sinais nas instituições de ensino [...]”, além de preconceitos e estereótipos que podem afetar a forma como as pessoas surdas são vistas e tratadas na sociedade.

Neste capítulo, apresentamos de forma lacônica a história da educação de surdos no Brasil e como as políticas de ações afirmativas têm assegurado o direito ao acesso e permanência dos estudantes, inclusive dos surdos. A seguir, no capítulo 3, consta a metodologia onde está detalhado o contexto, instrumentos de pesquisa e metodologia de análise.

3. METODOLOGIA

A metodologia é de extrema importância para esse trabalho e está dividida em subtópicos para melhor detalhamento e definição. A seguir será apresentado o delineamento metodológico da pesquisa, bem como o detalhamento do tipo de pesquisa, contexto, metodologia de análise dos dados.

3.1 Abordagem

Neste estudo foi realizada uma pesquisa com abordagem quanti-qualitativa (KNECHTEL, 2014, p. 104.), com objetivo exploratório, através de uma inquirição documental, a fim de alcançar os objetivos propostos nesta pesquisa. A abordagem de pesquisa quali-quantitativa conforme apresenta Knechtel (2014, p. 106), “[...] interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos (semântica)”. Nesse sentido, usar na pesquisa a combinação de dados advindos de abordagens quali-quantitativa é extremamente útil para compreender eventos, fatos e processos, o que exige um burilamento analítico.

Essa escolha epistemológica, possibilita correlacionar os dados obtidos e apresentá-los de forma mais completa. Segundo Gunther (2006), “[...] a utilização conjunta da abordagem qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente”. Através da abordagem quantitativa foi descrito o fenômeno a partir de mensurações e quantificações, coletando os dados de quantos estudantes: ingressaram, evadiram, mudaram de curso e concluíram sua graduação. A partir dessa coleta os dados foram analisados de forma qualitativa, observando as nuances humanas do fenômeno, procurando entender as dificuldades dos sujeitos, fatores que os levam a evasão, sua realidade, cultura, identidade e motivações.

Enquanto participante do processo de construção de conhecimento, idealmente, o pesquisador não deveria escolher entre um método ou outro, mas utilizar as várias abordagens, qualitativas e quantitativas que se adequam à sua questão de pesquisa (GUNTHER Hartmut, 2006).

Essa pesquisa tem um escopo exploratório, visto que segundo Gil (2002, p. 41):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de idéias ou a descoberta de intuições (Gil,2002, p. 41).

As pesquisas exploratórias têm como principal intuito a de aproximar o pesquisador de um tema pouco aprofundado, em adição possibilitam ir ao encontro do fenômeno e trazer características relevantes para o escopo acadêmico-científico.

Portanto, essa pesquisa dissertativa é de cunho exploratório, pois o tema do acesso e permanência do estudante surdo no ensino superior é relativamente novo, algumas políticas públicas tem menos de uma década de vigência. Ademais, na Unipampa ainda não havia nenhuma pesquisa referente ao tema, conforme prospecção.

Segundo Gil (2002, p. 42), com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, o tema até então pioneiro que ora propomos, a saber, quais desafios o estudante surdo enfrenta ao acesso e permanência na Unipampa, se encaixa como uma pesquisa exploratória e com caráter inovador.

Assim sendo, várias questões efervescem: as leis vigentes têm colaborado para o acesso? que fatores têm impedido a permanência do estudante surdo? quais seriam as demandas específicas desses alunos para que pudessem participar em equidade de condições com os estudantes ouvintes? A Unipampa está ajustando para acolher e dar suporte a esses discentes?

Para tanto, inicialmente realizou-se revisão sistemática de literatura, buscando identificar quais barreiras ao acesso e permanência os estudantes surdos têm enfrentado atualmente. Assim, realizou-se a busca no portal da Biblioteca de Teses e Dissertações (BDTD) a partir da elaboração de uma String de busca tendo como a procura de dissertações e teses que investigassem o tema, no período de 2017 a 2022, usou-se o critério de aparecimento das palavras-chaves “Ensino Superior, Educação de Surdos, Acesso e Permanência” seja no título ou no resumo. Os trabalhos selecionados (após aplicação de critérios de inclusão e exclusão) foram submetidos às 8 etapas de análise da Revisão Sistemática de Literatura (KOLLER, 2014, p. 54). Os dados obtidos serão apresentados no capítulo 4.1 a seguir.

A presente investigação também é de caráter documental, ao passo que estas possuem características próprias e subdivisões de etapas bastante específicas (GIL, 2002, p. 88). A pesquisa será conceituada e detalhada em sequência, no item 3.2.

3.2 Pesquisa documental

A pesquisa documental, segundo Gil (2002, p.45), se vale de documentos como fonte de coleta de dados, por exemplo: relatórios, atas, documentos jurídicos, leis, decretos, entre outros. Gil (2002, p. 46) traz mais exemplos:

[...] documentos conservados em arquivos de órgãos públicos e instituições privadas, tais como associações científicas, igrejas, sindicatos, partidos políticos etc. Incluem-se aqui inúmeros outros documentos como cartas pessoais, diários, fotografias, gravações, memorandos, regulamentos, ofícios, boletins etc (Gil, 2002 p. 46).

Adicionalmente, a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens, uma dessas é que os dados que serão coletados diretamente dos documentos, estes não sofreram influência subjetiva ou interpretação de outros, isto é, tal proposta tem o objetivo principal de desvelar novos conhecimentos a partir de fontes primárias (documentos que ainda não receberam tratamento analítico), ela permite entender o objeto a qual está sendo pesquisado de forma mais “neutra” como nos diz Gauthier (1984, p. 296):

Trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influência – presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisados, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida.

Sendo assim, a pesquisa documental se encaixa perfeitamente para o estudo histórico a qual se propõe esta análise, uma vez que os dados são estáveis e os documentos perduram ao longo do tempo. Outra vantagem é que os documentos estão para pronta consulta, o que colabora em muito para o andamento de uma pesquisa, já que não depende da disponibilidade e disposição de terceiros, o que muitas vezes é um grande desafio para concretização de uma perscrutação. Além disso, a pesquisa documental proposta não implicará em saídas de campo, o que poderia dificultar a logística da investigação, em razão de que o pesquisador atualmente tem limitações físicas (conforme já detalhado no item 1.2) para realizar tais possíveis transcurros.

A pesquisa documental é de extrema relevância pois permite ampliar a compreensão sobre objetos e dados que estão dentro do seu contexto histórico e social, mas que podem nos possibilitar a fazer algumas inferências para o presente e futuro. Ainda Cellard (2008, p.295) diz:

[...] o documento escrito constitui uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais. Ele é, evidentemente, insubstituível em qualquer reconstituição referente a um passado relativamente distante, pois não é raro que ele represente a quase totalidade dos vestígios da atividade humana em determinadas épocas. Além disso, muito frequentemente, ele permanece como o único testemunho de atividades particulares ocorridas num passado recente (Cellard, 2008, p. 295).

Pode-se notar, assim como foi mencionado anteriormente, que a pesquisa documental apresenta uma série de vantagens, seja para compreender o passado distante ou o recente (GIL, 2022, p. 45). Outro benefício é que a análise documental favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros (CELLARD, 2008, p. 296).

Neste íterim, esta pesquisa se utilizou dos documentos disponibilizados pela Pró-reitoria de graduação (PROGRAD) da Unipampa, sendo um relatório geral que traz os dados de acesso, permanência, evasão e conclusão de estudantes surdos e deficientes auditivos desde 2006 até 2023, porém foi delimitado na pesquisa o ano de 2017 até 2023 para análise dos dados, pois foi escolhida a Lei n° 13.409, 28 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016) como marco para o recorte temporal deste projeto.

Foram apreciados o Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) da Universidade Federal do Pampa (2019- 2023), o Plano de dados abertos 2017/2018 e os relatórios do Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NINA) da Unipampa (2017, 2018 e 2019 estes são os que estão disponíveis no portal da instituição, já os de 2020, 2021 e 2022 não estão disponibilizados pela instituição até o momento), com o objetivo de analisar as práticas documentadas buscando o ingresso e a permanência com as categorias de análise escolhidas: 1. Barreiras ao acesso; 2. Incentivo e apoio à permanência; 3. A inclusão dos estudantes surdos.

Na Unipampa a Pró-reitoria de graduação (Prograd) produziu um relatório que contém o registro de todos os alunos PcDs (pessoas com deficiências) que ingressaram desde de 2006 a 2022, e contam os dados de ano de ingresso, curso, se evadiu, conclusão, transferência, qual a deficiência, trancamento, abandono, via de ingresso e assim sucessivamente. Este relatório foi solicitado via NInA (núcleo de inclusão de acessibilidade) da própria Unipampa. A partir do relatório fornecido pela Prograd foram coletados os dados quantitativos de quantos alunos ingressaram, quantos permanecem, quantos evadiram e quantos concluíram seus cursos de graduação durante o recorte temporal.

O Plano de desenvolvimento Institucional (PDI) dos anos de 2019 a 2023 da Unipampa, documento que foi elaborado pelos campi (10) e a Reitoria, envolvendo toda a comunidade acadêmica. Este serve para guiar as ações da instituição durante os 5 anos a qual tem vigência de acordo com o PDI Unipampa (2019, p.12). O PDI se constitui um importante elo para o planejamento e a respectiva gestão estratégica, desse modo, o estudo do PDI juntamente com os relatórios da Coordenadoria de ações afirmativas CAF/NInA, responderam o objetivo específico de analisar se as políticas de ingresso, permanência e ações de apoio oferecidas pela instituição contemplam os estudantes surdos.

Já os relatórios de Gestão CAF/ NINa (atualmente a CAF passou a ser a ADAFI Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão) são produzidos anualmente e contém informações a respeito do quantitativo de alunos que ingressam na instituição por meio das políticas de ações afirmativas, quais ações são promovidas para contribuir para permanência desses alunos dentro da graduação.

Esses relatórios de gestão mostram como os setores estão desenvolvendo as metas e objetivos do PDI dentro da área das ações afirmativas e inclusão, infelizmente só nos estão disponíveis no portal da ADAFI os relatórios da CAF de 2016 e 2017, os de 2018 e 2019 devem ser solicitados via email e já os de 2020, 2021 e 2022 não estão disponíveis. Da mesma forma como o PDI, esses documentos foram importantes para o processo da nossa pesquisa, ao passo que tais elementos possibilitam verificar por quais vias os estudantes têm ingressado na instituição, perceber o aumento ou diminuição no acesso e quais fatores contribuem para isso, e ainda se as ações promovidas pelo NInA alcançam efetivamente os estudantes e se eles fazem uso das ações de permanência e se elas são suficientes para o quantitativo de estudantes surdos da instituição.

A organização da pesquisa documental, é delimitada segundo as etapas propostas por Gil (2002, p. 87), são elas:

- a) determinação dos objetivos;
- b) elaboração do plano de trabalho;
- c) identificação das fontes;
- d) localização das fontes e obtenção do material;
- e) tratamento dos dados;
- f) confecção das fichas e redação do trabalho;
- g) construção lógica e redação do trabalho.

A despeito da sobredita organização o “A- determinação dos Objetivos”: nesta etapa os objetivos são determinados em uma pesquisa documental e devem ser bem

específicos (GIL, 2002,p. 88), logo o objetivo é o que se quer encontrar nos documentos analisados.

Por tal orientação, analisamos estes arquivos para identificar quais barreiras se interpõem ao acesso e permanência dos estudantes surdos. Identificadas a presença destes temas nos documentos referentes ao acesso e permanência, buscando saber quais os fatores que impede este público discente em sua permanência e conclusão do curso de graduação, bem como problematizando se há políticas institucionais inclusivas, se estas são/estão suficientes e o que é preciso fazer para que as p.i. contemplem os estudantes surdos.

“B- elaboração do plano de trabalho”: segundo Gil (2002, p. 89) o plano de trabalho geralmente apresenta a forma de itens e subitens ordenados em seções correspondentes ao desenvolvimento que se pretende dar à pesquisa”, este fora detalhado no pregresso cronograma de execução do mesmo. 1) coletar os dados quantitativos pertinentes à pesquisa do relatório do Histórico de ingresso de estudantes PCDs fornecido pela PROGRAD que traz informações com respeito ao acesso, permanência, evasão e conclusão dos estudantes surdos também. 2)

Através da obtenção do PDI por meio do portal institucional da Unipampa se analisou se há e quais políticas institucionais estão voltadas para o acesso e permanência dos estudantes surdos ,3) após isso foi consultado os relatórios disponíveis (2016 à 2019), obtidos no portal institucional do NInA e do PDA (Plano de dados abertos 2017-2018), com objetivo de verificar se as políticas de ações afirmativas idealizadas pelo PDI se concretizam e se atingem o público surdo e quais barreiras se apresentam à vida acadêmica deste estudante. Nenhum sujeito é identificado nominalmente, sendo assim, foi utilizado pseudônimos para preservar a identidade dos mesmos (no apêndice consta termo de consentimento).

“C- Identificação das fontes”: é o próximo passo após a elaboração do plano de trabalho, a identificação das fontes capazes de fornecer as respostas adequadas à solução do problema proposto de acordo com Gil (2002, p. 90). Portanto, para nutrir a presente confabulação teórico-analítica, as fontes foram o Relatório do Histórico de ingresso dos estudantes PcDs, o Plano de Desenvolvimento institucional (PDI) da Unipampa (2019-2023), Plano de dados abertos (2017-2018) e os Relatórios Institucionais do Núcleo de Inclusão e acessibilidade (NInA) da Unipampa (2016-2019).

O Relatório do Histórico de ingresso dos estudantes PcDs é um documento muito importante, pois nele contém os registros da vida acadêmica de todos os alunos PcDs

que ingressaram na Unipampa desde sua criação, dados como: ano de ingresso, conclusão, evasão, transferência, qual a via de ingresso, quantos anos levou para se graduar, entre outros dados. O Plano de Desenvolvimento Institucional é elaborado para um período de cinco anos, o PDI que será usado como fonte de análise, uma vez que compõe-se dos anos de 2019 até 2023, vem a ser um instrumento de planejamento estratégico e gestão, segundo o próprio PDI da Unipampa:

O PDI se constitui em um importante elo para o planejamento e a respectiva gestão estratégica, com aperfeiçoamento dos macroprocessos e subprocessos de cada setor desta Universidade, buscando uma atuação pró ativa de cada servidor bem como o alcance das metas pactuadas (Universidade Federal do Pampa, 2019, p.12).

Assim, o PDI é uma ferramenta que direciona todas as ações da instituição, contendo nele a missão, visão, valores e metas e objetivos. O “Plano de dados abertos da Unipampa” é um documento que traz informações anuais da instituição, que tem como objetivo orientar as ações de implementação, a promoção da iniciativa de abertura de dados abertos da instituição e a publicação destas no sítio institucional (UNIPAMPA, PDA, 2018), dessa forma apresenta o cenário e ações institucionais realizadas naquele ano.

Os outros documentos, foco da etapa de pesquisa documental são os Relatórios Institucionais do Núcleo de Inclusão e acessibilidade (NInA) da Unipampa (2016-2019), estes relatórios são produzidos anualmente, e trazem dados das ações de inclusão e acessibilidade promovidas pelo núcleo, contendo o número de alunos atendidos por essas ações.

“D- localização das fontes e obtenção do material”: Conforme explicado por Gil (2002, p.88), após a identificação das obras, procede-se à sua localização. Isso pode ser feito por meio dos fichários das bibliotecas. No nosso caso, a localização das fontes e obtenção do material, (conforme mencionado item B que se refere a elaboração do plano de trabalho), ocorreu por meio de acesso dos portais institucionais da Unipampa e do NInA, bem como por meio de solicitação à Pró-Reitoria de graduação dos relatórios de ingresso de estudantes PcDs da universidade de 2017 até 2022.

“E-tratamento dos dados”: nesta etapa segundo Gil (2002, p. 87):

Como em boa parte dos casos os documentos a serem utilizados na pesquisa não receberam nenhum tratamento analítico, torna-se necessária a análise de seus dados. Essa análise deve ser feita em observância aos objetivos e ao plano da pesquisa(Gil, 2002, p. 87).

A análise dos documentos que utilizamos foi a análise de conteúdo, que consiste em um conjunto de instrumentos metodológicos, mas que será detalhado no tópico 3.4, intitulado de “Análise dos Dados”.

3.3 O contexto de pesquisa

A pesquisa ocorreu na Universidade Federal do Pampa (Unipampa) que se situa ao sul do Rio Grande do Sul, fundada em 2008, conta com dez *campi* distribuídos em dez municípios da região sul do estado, de acordo com o PDI da própria Unipampa (2019). “A Unipampa conta com 64 cursos de graduação, 17 mestrados e 4 doutorados, contendo mais de 11 mil alunos matriculados na graduação e 1.350 na pós-graduação” (Universidade Federal do Pampa, 2018).

A Unipampa registra desde de 2006 o ingresso de pessoas com deficiência, de acordo com o PDI (Universidade Federal do Pampa, 2019) em maio de 2006, cerca de 6,5 mil candidatos disputaram as 1.500 vagas oferecidas pelo consórcio entre UFSM e UFPel, os resultados finais do primeiro vestibular foram divulgados no mês julho daquele ano. O Consórcio Universitário da Metade Sul, ficou responsável pela implantação da nova Universidade, esta tratativa foi firmado mediante a assinatura de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Educação, a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e a Universidade Federal de Pelotas (UFPel), (Universidade Federal do Pampa, 2019, p.15). De acordo com o PDI da Unipampa:

Os cursos de graduação e de pós graduação, nas modalidades presenciais e a distância oferecidos contemplam formação nas nove grandes áreas do conhecimento: Ciências Agrárias, Ciências Biológicas, Ciências da Saúde, Ciências Exatas e da Terra, Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Engenharias e Linguística, Letras e Artes e Multidisciplinar, conforme classificação da CAPES e do CNPq (Universidade Federal do Pampa, 2019, p.15).

Os *campi* da universidade estão estruturados em 10 municípios do Rio grande do Sul e distribuídos por áreas do conhecimento, a Universidade Federal do Pampa foi criada pelo governo federal por meio da Lei n.º 11.640, de 11/01/2008 (Brasil, 2008). Com o objetivo de minimizar o processo de estagnação econômica na qual está inserida na região do Brasil, segundo o Plano de Dados Abertos (PDA) de 2018.

A Unipampa conta em seu quadro de servidores com 850 docentes efetivos, 84 docentes substitutos, 904 técnico-administrativos, sendo destes 9 Tradutores/ Intérpretes

de Libras, 7 destes estão lotados nos diversos campus, sendo sua chefia imediata os coordenadores acadêmicos de seu respectivo lugar de lotação, segundo o documento Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos (Universidade Federal do Pampa, 2022) e 315 terceirizados para atender 11.653 alunos de graduação e 1.356 alunos de pós-graduação (Universidade Federal do Pampa, 2018). Tendo a presente missão em seu PDI de através da integração entre ensino, pesquisa e extensão, promover uma educação superior de qualidade, com vista à formação de sujeitos comprometidos e capacitados para atuar em prol do desenvolvimento regional, nacional e internacional (Universidade Federal do Pampa, 2019).

A partir de 2024 com a eleição para reitor e vice-reitor, foram eleitos pela comunidade acadêmica o Professor Edward Frederico Castro Pessano e a Professora Francéli Brizolla respectivamente. Estes criaram uma nova Pró-Reitoria, Pró-Reitoria de Comunidades, Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão (PROCADI) e com isso o antigo NInA é extinguido e em seu lugar é criada a Divisão de Educação Inclusiva e Acessibilidade (DEIA) que tem por finalidade promover a garantia das condições de permanência e desenvolvimento acadêmico aos estudantes com deficiência, em seu quadro de servidores possui 2 TILS concursados e 1 terceirizado. Atualmente devido o decreto nº 10.185/2019, publicado em 20 de dezembro no Diário Oficial da União, que extingue cargos como o de Tradutor/ Intérprete de LIBRAS que proibiu a abertura de concurso público para funções técnico-administrativas das instituições de ensino, a Unipampa conta com TILS contratados por meio de terceirização.

3.4 Análise dos Dados

Se utilizou da análise de conteúdo que, de acordo com Bardin (1977, p. 9):

O que é a análise de conteúdo atualmente? Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a 'discursos' (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência.

Portanto, a análise de conteúdo de Bardin (1977, p. 95) contempla a organização da análise em três fases:

- 1- A pré-análise;
- 2- A exploração do material;

3- O tratamento dos resultados.

A pré-análise, como afirma Bardin (1977, p. 96), “[...] tem por objetivo tornar operacionais e sistematizar as ideias iniciais, de maneira a conduzir para um esquema preciso do desenvolvimento das operações sucessivas num plano de análise”. Para alcançar esse objetivo, que é de organizar os documentos para serem analisados, a pré-análise conta por três atividades que não seguem obrigatoriamente uma ordem cronológica (Bardin, 1977, p. 96): “A) a leitura flutuante que consiste em estabelecer o contato com os documentos que se irá analisar e em conhecer o texto; B) a escolha dos documentos suscetíveis a fornecer informações sobre o tema; C) formulação dos objetivos da análise” .

Desta feita, primariamente se efetuou a leitura flutuante para conhecer os documentos institucionais que trazem a realidade da Unipampa no período de 2017 a 2022. Os documentos selecionados foram: o Relatório com o histórico e registro dos estudantes surdos, PDI da Unipampa 2019-2023, o PDA 2017-2018 e os relatórios NinA de 2016-2019.

E como objetivo era identificar quais barreiras os documentos apresentavam referentes ao acesso e permanência dos estudantes surdos e se estes mesmos documentos contemplam se os estudantes com as políticas institucionais de ações afirmativas e a formulação de indicadores que fundamentaram a interpretação final. Quantos estudantes ingressaram no período? Por quais meios houve o ingresso na instituição? Quantos evadiram? tempo de permanência na instituição? Quantitativo de formandos no período? possuem bolsas estudantil? O NInA presta apoio a estes estudantes?. Eram questões assim que nos sondavam.

A exploração do material é o segundo momento da análise, a qual é realizado a aplicação das decisões tomadas na etapa anterior. Este momento longo, denso e até cansativo, no qual consiste essencialmente na construção de operações de codificação e classificação (Bardin, 1977, p. 95).

Então, realizamos a codificação dos dados organizados, que se deu de maneira manual, categorizando por letras os parágrafos e trechos dos textos que aparecem as palavras chaves tais como: A para barreiras, B acesso e permanência e C inclusão. Após serão recortados os trechos e separados em unidades de registro, onde para serem classificados através de cores diferentes separando-os em eixos temáticos que levou as

categorias de análise: 1. Barreiras ao acesso; 2. Incentivo e apoio à permanência; 3. A inclusão dos estudantes surdos no Ensino Superior .

No terceiro e último momento, Bardin (1977, p.96) afirma que “[...] os resultados brutos são tratados de maneira a serem significativos e válidos, o que possibilita sínteses e interpretação de documentos, possibilitando ao pesquisador elaborar quadros de resultados, figuras e modelos que elucidam os achados”.

A partir disso realizou-se as condições para a inferência (dedução lógica) e posteriormente a interpretação orientada pelos objetivos iniciais ou por descobertas inesperadas, permitindo a compreensão ampliada da realidade acadêmica desses estudantes surdos na instituição e planejar ações e políticas que venham minimizar, ou até mesmo remover, as barreiras enfrentadas ao longo de sua graduação.

3.5 Entrevista

A entrevista, segundo Gil (2002, p. 117), pode ser entendida como a técnica que envolve duas pessoas numa situação "face a face" e em que uma delas formula questões e a outra responde. A entrevista é um instrumento de coleta de dados muito flexível e aplicável a um grande número de pessoas, inclusive às que não sabem ler ou escrever. Também, em abono à entrevista, convém lembrar que ela possibilita o auxílio ao entrevistado com dificuldade para responder, bem como a análise do seu comportamento não verbal.

Realizou, uma entrevista semi-estruturada que era guiada por relação de pontos de interesse que o entrevistador foi explorando ao longo de seu curso. De acordo com Gil (2002), mesmo que as respostas possíveis não sejam fixadas anteriormente, o entrevistador guia-se por algum tipo de roteiro, que pode ser memorizado ou registrado em folhas próprias.

Os sujeitos/interlocutores da pesquisa foram estudantes surdos da graduação na Unipampa, bem como entrevistou-se também um ex-aluno surdo da instituição, para que assim se compreendesse por quais barreiras ao acesso e permanência os estudantes enfatizados se deparam.

Nesta pesquisa entendeu-se que é apropriado gravar as entrevistas com os estudantes e ex-estudante, usando a plataforma Zoom para a videoconferência, sendo este um instrumento (no caso dessa pesquisa, um instrumento online) capaz de ampliar o registro, por preservar o conteúdo original, bem como pela produtividade maior da

operação e pelo registro da sinalização dos surdos, mas por problemas técnicos dos entrevistados a videoconferência deu-se por meio do Meet Google.

Desta forma, a gravação das entrevistas permitiu que o pesquisador fizesse uma captação profunda das reflexões dos estudantes, possibilitando o registro sistemático da sinalização, expressões e emoções. Para isso, foi disponibilizado para todos os entrevistados um termo de consentimento, informando que o encontro seria gravado e que as informações expressas na entrevista serão coletadas para compor este estudo.

4. RESULTADOS DA REVISÃO SISTEMÁTICA DE LITERATURA

Nesta seção são evidenciados os resultados deste estudo, obtidos na revisão sistemática de literatura, com suas respectivas etapas, buscando identificar quais barreiras ao acesso e permanência os estudantes surdos têm enfrentado atualmente em outras instituições, tendo como prisma de análise as literaturas da área.

4.1 Revisão Sistemática de Literatura

A lei n.º 13.409, 28 de dezembro de 2016 (BRASIL, 2016), assegura o direito à reserva de vagas às pessoas com deficiência para o acesso ao ensino superior, contudo, quais barreiras se apresentam para os estudantes surdos quanto ao acesso e permanência destes ao longo de sua graduação? As instituições de Ensino Superior estão preparadas para apoiar a permanência desses estudantes ao longo do tempo de sua graduação? Para responder essas perguntas foi realizada, em diálogo com os outros motes metodológicos referidos. Assim sendo, realizamos uma pesquisa de revisão de literatura usando o método de revisão sistemática, para encontrar respostas aos questionamentos sublinhados.

Tendo esses registros em mãos, foi feito um levantamento bibliográfico usando o método de pesquisa de revisão sistemática. De acordo com Koller (2014, p. 55) a “revisão sistemática, por sua vez, equivale a um levantamento de estudos já publicados a partir de um tema específico com o intuito de buscar respostas a determinadas questões” ou seja a revisão sistemática é um método que permite maximizar o potencial de uma busca, encontrando o maior número possível de resultados de uma maneira organizada.

A partir da revisão de literatura entendemos um pouco mais das barreiras que os estudantes surdos enfrentam ao ingressarem e sobretudo permanecer durante o tempo de sua graduação nas instituições de ensino superior e como esses dados podem nos ajudar a compreender a realidade da Unipampa.

4.2. Método: Revisão Sistemática

A revisão sistemática é um processo de coleta, avaliação, análise crítica de resultados de vários estudos, podendo ser artigos, dissertações, teses e entre outros. “O seu resultado não é uma simples relação cronológica ou uma exposição linear e descritiva

de uma temática, pois a revisão sistemática deve se constituir em um trabalho reflexivo, crítico e compreensivo a respeito do material analisado" (Costa e Couto, 2014, p.56). Seria fácil simplesmente consultar os artigos e fontes que concordem com nossas hipóteses iniciais e ignorar estudos que apontem para outras perspectivas que não nos agradam. Por isso, a revisão sistemática é um método que nos permite evitar esse risco. A revisão sistemática se baseia em 8 etapas :

1. delimitação da questão a ser pesquisada;
2. escolha das fontes de dados;
3. eleição das palavras-chave para a busca;
4. busca e armazenamento dos resultados;
5. seleção de artigos pelo resumo, de acordo com critérios de inclusão e exclusão;
6. extração dos dados dos artigos selecionados;
7. avaliação dos artigos;
8. síntese e interpretação dos dados (Akobeng, 2005, p.50).

O primeiro passo, de acordo com as etapas descritas, é a delimitação da questão a ser pesquisada: quais barreiras a que os estudantes surdos enfrentam ao acesso e permanência no Ensino Superior. No segundo passo a escolha das fontes de dados, se optou por usar a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, isto é, a BDTD o que colaborou muito para filtrar o conteúdo específico que estivesse de acordo com o tema de pesquisa.

O portal foi eleito pois é referendado, trata-se de um sistema que reúne teses e dissertações produzidas nas instituições de ensino do país e visa disponibilizar um catálogo nacional de teses e dissertações em texto integral, possibilitando de uma forma prática e confiável a busca e acesso a esses documentos.

4.3. Elaboração da String de busca

A partir desse ponto ocorreu a eleição das palavras-chaves para a busca com (String de busca): Educação de surdos, Ensino superior, acesso e permanência, a escolha desta palavras estão intimamente relacionadas com o tema investigado, pois os sujeitos são os estudantes surdos que ingressam na graduação e possíveis barreiras à sua permanência.

Quadro 1: *String* de buscas na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações

1) (Educação de surdos) or (Educação para surdos) and (ensino superior) ou (Educação superior)	3) (Educação de Surdos) ou (Educação para surdos) and (acesso) or (permanência)
2) (Ensino Superior ou (Educação Superior) and (acesso) ou (permanência)	4) (Educação de surdos) ou (Educação para surdos) and (evasão)

Fonte: O Autor (2024).

Tendo um grande volume de artigos, foi-se aplicado mais alguns critérios de triagem, a fim de aprimorar a revisão deixando a mais acurada. Os critérios foram: só dissertações em português, o recorte temporal entre o ano de 2017 até 2022, pois Lei n.º 13.409, 28 Dezembro de 2016 referente às reservas de vagas no Ensino Superior para pessoas com deficiência entra em vigor, foram selecionadas ainda as pesquisas que tivessem como metodologia qualitativa/ objetivo exploratório ou/e qualitativa/análise de conteúdo e por último que as dissertações apresentassem pelo menos duas das quatro das palavras-chaves eleitas.

Na primeira *string* ((Educação de surdos) or (Educação para surdos) and (ensino superior) ou (Educação superior)) foram encontrados 92 resultados, escolhidos 14, excluídos 78, sendo destes 9 pelo resumo e 72 pelo título. Nessa *string* houve algumas duplicações de títulos entre as dissertações, outros títulos traziam somente uma das palavras-chaves, sendo educação de surdos em outros níveis não no Ensino superior, estando em desacordo com nosso tema de pesquisa.

Na segunda *string* ((Ensino Superior ou (Educação Superior) and (acesso) ou (permanência)) encontrou-se 218 resultados, escolhidos 17, excluídos 201, sendo destes 4 resumo e 197 pelo título. Com esta *string* houve um grande volume de dissertações, porém as palavras-chaves não nos levaram aos sujeitos alvos que são os estudantes surdos e além disso muitos dos títulos continham somente uma das palavras-chaves, o que trouxe para questões que não se referem com a proposta de pesquisa.

A terceira *string* ((Educação de Surdos) ou (Educação para surdos) and (acesso) or (permanência)) foram encontrados 85 resultados, escolhido 1, 84 excluídos, sendo 27 pelo resumo e 57 pelo título, houve alguns títulos duplicados, outros usaram metodologia diferente da pretendida e ainda outros traziam apenas uma das palavras-chaves. E por último a quarta *string* ((Educação de surdos) ou (Educação para surdos) and (evasão)) os resultados foram 2, escolhidos 1, excluído 1 pelo título sendo que este não era sobre estudantes surdos.

Quadro 2: Resultados das Buscas na Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações

STRING	ENCONTRADOS	EXCLUÍDOS	SELECIONADOS
(Educação de surdos) or (Educação para surdos) and (ensino superior) ou (Educação superior)	92	78	14
(Ensino Superior ou (Educação Superior) and (acesso) ou (permanência)	218	211	17
(Educação de Surdos) ou (Educação para surdos) and (acesso) or (permanência)	85	84	1
(Educação de surdos) ou (Educação para surdos) and (evasão)	2	1	1

Fonte: Autor (2024).

No total da soma de todas as dissertações encontradas na Biblioteca digital de teses e dissertações foram de 397 resultados, destes foram excluídos seja por critério de resumo ou título 364, sendo selecionados 33 e destes foram incluídos e 5 foram analisados e extraídos os dados usando o método de revisão sistemática.

4.4. Extração dos Dados dos Artigos selecionados

Esse método teve como objetivo primevo categorizar e documentar as informações extraídas das obras encontradas nas fases anteriores. Entende-se que essa documentação deve ser elaborada de forma compreensível e prática.

Usando uma planilha, de acordo com Costa e Couto (2014, p 65) se separa as informações e os dados mais gerais dos artigos, segundo algumas categorias, tais como: “nome do estudo, referencial teórico, objetivos, localização temporal da intervenção”. Esse procedimento auxilia na visualização mais geral dos artigos, possibilitando organizá-los e compará-los:

Quadro 3: Extração dos dados dos artigos (continua)

	Título/ ano	Contexto	Gênero	Autor/ Instituição	Problema, proposta
A	AFERIÇÃO DA EVASÃO DE ACADÊMICOS SURDOS NO CURSO DE LETRAS LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ 2019	Educação Superior	Dissertação	LETICIA BATISTA TABORDA UFPR	Quais as principais causas de evasão e abandono de acadêmicos surdos?
B	PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS 2021	Educação Superior	Dissertação	ANA CAROLINA ALVES SILVA -UFOP	possibilidades, dificuldades e limites no acesso e permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior
C	ACESSIBILIDADE A ESTUDANTES SURDOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DE PROFESSORES SOBRE O CONTEXTO PEDAGÓGICO- 2017	Educação superior	Dissertação	NATÁLIA GAVALDÃO - UNESP	Se as políticas educacionais atuais são suficientes para o ingresso e permanência dos estudantes surdos.
D	AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS - 2018	Educação superior	Dissertação	ANE FRANK ARAÚJO TALMAG - UFC	Como a universidade deve oferecer condições para a permanência desses estudantes surdos?
E	ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA ACADÊMICOS SURDOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR - 2018	Educação superior	Dissertação	Juliana Corrêa de Lima - UFSM	entender de que forma as estratégias de ensino utilizadas pelos professores contribuem para a aprendizagem de acadêmicos surdos nos Cursos

Quadro 3: Extração dos dados dos artigos (Continuação)

	Objetivo	Metodologia	Principais Autores
A	Investigar, como a recuperação e a gestão da informação contribui na divulgação de estudos sobre a trajetória de acadêmicos surdos.	exploratória e quantitativa-qualitativa, de natureza aplicada, pois analisa as principais causas de evasão e abandono de acadêmicos surdos	(SIQUEIRA; SANTANA, 2010), (UNESCO, 1994), (BRASIL, 2010), (MORAN, MASSETTO, BEHRENS; 2012)
B	Investigar as possibilidades, dificuldades e limites no acesso e permanência de pessoas com deficiência no Ensino Superior.	Pesquisa com abordagem qualitativa e investigação de campo e dos estudos bibliográficos	Almeida (2005), Ferreira (1994), Jannuzzi (2006), Caiado (2007), Correia (1999), Glat (2004),
C	Investigar se as práticas discursivas dos professores sobre as condições de acessibilidade do contexto pedagógico dirigidas a uma estudante surda de uma Instituição de Ensino Superior.	pesquisa qualitativa considerando dois estudos: Estudo I - documental e Estudo II - de natureza descritiva, por meio de um Estudo de Caso	teóricas de Bakhtin
D	Investigar a prática de avaliação da aprendizagem realizada junto aos alunos surdos matriculados no curso de Letras Libras de uma universidade pública do município de Fortaleza-CE	O método da pesquisa é qualitativo e foca no caráter subjetivo do objeto analisado, estudando as suas particularidades e experiências individuais, na forma de um estudo de caso	estudos de Tyler, Stake, Crombach, Scriven, Russell, Luckesi, Hoffmann e Beyer
E	De que forma as estratégias de ensino utilizadas pelos professores contribuem para a permanência do aluno surdo?	A pesquisa ancorou-se na abordagem qualitativa com sistematização a partir da Análise de Conteúdo por categorias temáticas e nos discursos dos sujeitos pesquisados a partir de entrevista e questionário	GARDNER, GIORDANI, QUADROS, Skliar e Strobel

Fonte: O Autor (2024).

4.5. Síntese e Interpretação dos Dados

Após termos aplicados nas obras critérios de exclusão e inclusão, extraiu-se os dados e agora se fará a etapa da síntese, que tem como objetivo trazer as principais contribuições e seus resultados, que devem ser organizadas de forma coerente, para responder à problemática inicial de pesquisa.

Quadro 4: Principais contribuições para área/Resultados das obras (Continua)

Identificação	síntese e interpretação dos dados
A	<p>O resultado desta pesquisa mostra, por meio das análises das entrevistas, que existem similaridades nos motivos de evasão de acadêmicos surdos e ouvintes. Porém, peculiaridades também são apresentadas, como as dificuldades do acadêmico surdo relacionadas à escrita e à leitura de textos formais em português. A aplicação do modelo estabelece a criação de rotinas para alimentar as bases da ferramenta e manter ativo o fluxo informacional. Sugeriu-se o uso do <i>software Tableau</i>, para armazenar os dados coletados dos acadêmicos surdos, tais como nota e frequência, no decorrer das aulas. Sugeriu-se também a aplicação de um questionário socioeconômico no início de cada semestre letivo, para obtenção de informações de ordem pessoal e social, que apontem risco de evasão na ferramenta proposta. O modelo visou à promoção de mudanças organizacionais positivas, de armazenamento, tratamento e visualização das informações sobre os acadêmicos para que se estabeleçam tomadas de ações preditivas sobre o eventual risco de evasão do curso.</p>
B	<p>A partir das investigações de campo e dos estudos bibliográficos, foi possível observar a importância da existência de um núcleo de educação inclusiva, que trabalha pela busca da garantia dos direitos das pessoas com deficiência no contexto da UFOP, cujo histórico é bastante relevante. Também constatou-se, através da narrativa, que se tornou norteadora da pesquisa, a relevância da presença das redes de solidariedade no processo de reconhecimento de si, que evoca uma perspectiva pós-estruturalista e de uma posição política crítica às noções capacitistas da educação.</p>
C	<p>Apesar do ingresso, inúmeros entraves acarretam o prejuízo formativo e a permanência da estudante surda na IES. Os docentes necessitam de orientações sobre as diferenças políticas, pedagógicas, linguísticas e culturais para compreender e trabalhar com essa nova premissa e demonstram abertura para receber tais direcionamentos. Revelando a necessidade de debruçar mais sobre essas questões e tomar medidas práticas e posturas responsáveis, denotamos omissão da própria instituição, já que as melhorias realizadas partiram da iniciativa de docentes, de alunos e do grupo de pesquisa empenhados em favorecer o processo de permanência da graduanda surda. Nesse sentido, espera-se que tais apontamentos contribuam para alargar a compreensão sobre o processo formativo de universitários surdos no Brasil.</p>

Quadro 4: Principais contribuições para área/Resultados das obras (Continuação)	
D	Os resultados revelaram que, com a formação docente adequada é necessária para educar o aluno surdo, a efetiva avaliação da aprendizagem deve estar alinhada com as gerações mais atuais da Avaliação Educacional e da Educação Inclusiva. As sugestões obtidas apontam para a importância de investimento em mais recursos tecnológicos. As dificuldades da avaliação apresentadas pelos alunos se ordenam com dificuldades também apresentadas pelos professores, como o uso da Língua Portuguesa como segunda língua.
E	Se concluiu que há muitas dificuldades referentes às questões ligadas à permanência destes acadêmicos no contexto universitário. A concretização das políticas e programas não parece estar sendo suficiente para garantir a inclusão de qualidade, sentimento de isolamento e a presença de dificuldades para se apropriar dos conteúdos por um simples fato de perceberem atitudes segregacionistas dos ouvintes. As relações dos acadêmicos com os professores podem ser marcadas por desrespeito e distanciamento. Essa situação pode ocorrer motivada pelo desconhecimento da cultura surda.

Fonte: O Autor (2024).

As 5 dissertações analisadas “trazem luz” ao tema de pesquisa referente às barreiras que os estudantes surdos enfrentam desde o acesso e a permanência até a conclusão de sua graduação, tais como a dificuldade linguística referente textos e leituras em português tanto em lê-los como também em produzi-los, já que sua língua primeira é a língua de sinais (LIBRAS) e não o português, outra barreira identificada é formação continuada dos docentes, avaliações que são arbitrárias a Lei brasileira de inclusão (LBI), como a falta de material acessível condizente com o estudante surdo.

Outra barreira apontada é as políticas institucionais que não colaborem para permanência desses estudantes, já que não contemplam o público surdo até mesmo desconhecendo-o, um exemplo disto é o acesso às bolsas estudantis.

No estudo A, intitulado como “AFERIÇÃO DA EVASÃO DE ACADÊMICOS SURDOS NO CURSO DE LETRAS LIBRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ”- 2019 , a autora Leticia Batista Taborda, por meio das análises de sua pesquisa aponta para três principais barreiras à permanência dos estudantes surdos: 1) A falta acompanhamento do seu desenvolvimento no ensino acadêmico; 2) É a busca para identificar formas de comunicação e práticas pedagógicas eficientes com os estudantes surdos; 3) promoção da inclusão, do reconhecimento e do uso de Libras.

Observa-se nas falas da autora como é importante o papel de um núcleo de acessibilidade atento ao estudante surdo e a prática continuada da formação docente para promoção de um ambiente inclusivo.

No estudo B, intitulado “PESSOAS COM DEFICIÊNCIA, ACESSO E PERMANÊNCIA NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO: POSSIBILIDADES E DESAFIOS” - 2021, a autora Ana Carolina Alves Silva a partir das investigações de campo e dos estudos bibliográficos, observou a importância da existência de um núcleo de educação inclusiva atuante, pois não se pode descartar a relevância de acompanhar esse estudante até o seu ano de conclusão e que tal atitude faz diferença entre evasão e permanência.

No estudo C intitulado “ACESSIBILIDADE A ESTUDANTES SURDOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR: ANÁLISE DE PROFESSORES SOBRE O CONTEXTO PEDAGÓGICO”- 2017. A autora Natalia Galvão teve como objetivo de sua pesquisa verificar se as políticas educacionais atuais são suficientes para o ingresso e permanência dos estudantes surdos em sua instituição de Ensino Superior? Ela afirma que os estudantes têm enfrentado barreiras invisíveis que dificultam sua permanência na universidade e que, de acordo com os docentes, a fazem querer desistir do curso.

Existem conflitos que se inserem nas atitudes de desconhecimento quanto ao surdo, na falta de cumprimento de dispositivos legais, conflitos quanto ao uso das estratégias pedagógicas a serem utilizadas nas aulas e, especialmente, problemas na comunicação, já que se trata de alguém que usa a língua de sinais. A formação dos professores se faz necessária, pois carecem de orientações sobre as diferenças políticas, pedagógicas, linguísticas e culturais para compreender e trabalhar com essa nova premissa e demonstrar abertura para receber tais direcionamentos, além disso, ela observou que também há uma omissão da própria instituição, que se foca apenas na estrutura física, empreendendo em construção de rampas e desconsiderando as demais necessidades.

No estudo D intitulado “AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM DE ALUNOS SURDOS NO ENSINO SUPERIOR: ESTUDO DE CASO EM UM CURSO DE GRADUAÇÃO EM LETRAS LIBRAS” - 2018, a autora Ane Frank Araújo Talmag tinha como objetivo investigar a prática de avaliação da aprendizagem, realizada junto aos alunos surdos do curso de Letras-Libras, de uma universidade pública do município de Fortaleza-CE.

A pesquisadora em relevo, se ancorando nas entrevistas, relata que alguns alunos surdos frisaram que os professores ouvintes não dominam bem a Libras, dependiam

muito dos intérpretes e isso dificultava o contato do aluno com o professor. A proximidade genuína mantida pelo docente através da comunicação direta com o discente, sem dúvida, contribui para o estabelecimento da confiança e segurança, colaborando assim para diminuição da evasão.

No estudo E intitulado “ESTRATÉGIAS DE ENSINO PARA ACADÊMICOS SURDOS NA EDUCAÇÃO SUPERIOR”- 2018, a autora Juliana Corrêa de Lima tinha como objetivo responder a seguinte pergunta: de que forma as estratégias de ensino utilizadas pelos professores contribuem para a permanência do aluno surdo? Ela aponta que percebeu a necessidade de mudanças na maneira de ensinar, e que as estratégias de ensino utilizadas pelos professores não contribuem para que os acadêmicos surdos possam acompanhar os conteúdos, bem como a falta de ações para além da sala de aula, que abranjam também mudanças atitudinais, de relações e comunicação entre ouvintes e surdos.

Frente a esses três estudos é possível tecer algumas considerações. As dissertações apontam que a partir da Lei n.º 13.409 28/12/2016 houve um aumento significativo no ingresso de estudantes surdos, mas apesar desse aumento ainda apresenta-se inúmeros entraves que acarretam prejuízo formativo e a permanência desses estudantes.

Foi apontado que muitas barreiras contribuem para a evasão de estudantes surdos, tais como dificuldade dos estudantes surdos relacionado a leitura e escrita dos textos em português; à formação docente carece de orientação sobre as diferenças políticas, pedagógicas, linguísticas e culturais dos estudantes surdos, afetando diretamente na transmissão de conhecimento e nas avaliações; a falta de um núcleo da acessibilidade atuante que ofereça apoio e faça o mapeamento da realidade desses discentes e as próprias instituições que não fornecem o recurso tecnológico necessário .

Portanto, a partir da revisão sistemática de literatura realizada, as principais barreiras ao acesso de estudantes surdos ao ensino superior são similares aos demais estudantes ouvintes em nosso país (deslocamento até as IES, ensino fundamental precário, baixa renda familiar e outros), pois as leis têm colaborado para o ingresso destes estudantes surdos.

Quanto à permanência de estudantes surdos no ensino superior, as principais barreiras são a barreira linguística e formação docente, porque afetam diretamente o processo de aprendizagem do estudante. Assim, conclui-se que é necessário que as

instituições de Ensino Superior estejam dedicadas a “derrubar” essas barreiras a fim de criar um lugar mais inclusivo para todos.

5. ANÁLISE DE DADOS

Foram analisados 8 documentos, os relatórios CAF de 2017-2019, relatórios ADAFI 2020-2022, o PDI de 2019-2023, o PDA 2017-2018 e os relatórios com o quantitativo de alunos com deficiência da instituição. E no período de 2016 a 2023 ingressaram 5 estudantes surdos na Unipampa, a fim de identificar os desafios e barreiras que estes estudantes enfrentam na graduação a partir de suas vivências, foi realizada uma entrevista semiestruturada para se coletar os dados.

A entrevista teve como participantes 3 estudantes surdos, sendo que 2 destes permanecem em seus respectivos cursos de graduação (um está no campus de Uruguaiana se graduando em educação física e a outra estudante no campus de Santana de Livramento cursando o curso de administração), a terceira entrevistada abandonou o curso de Letras/Português do campus Bagé, os demais, 2 ex-estudantes que também evadiram, não foi possível fazer o contato para convidá-los à participar da entrevista, seus nomes não serão revelados, será usado o termo entrevistado A, entrevistado B e entrevistado C para identificá-los.

Para análise dos dados, como já citado anteriormente, foram estabelecidas três categorias de análise: 1. Barreiras ao acesso; 2. Incentivo e apoio à permanência; 3. A inclusão dos estudantes surdos no Ensino Superior. De acordo com a análise de conteúdo de Bardin (1977, p. 95), na qual a organização da análise ocorre em três fases: “1- a pré-análise, 2- a exploração do material, 3- o tratamento dos resultados”. Os dois primeiros passos foram concluídos e a seguir se apresentará o tratamento dos resultados em suas respectivas categorias.

5.1 Barreiras ao Acesso

O processo de acesso às universidades federais no Brasil pode variar dependendo do tipo de curso e instituição, mas geralmente, existem duas formas principais de ingresso: através do Sistema de Seleção Unificada (SISU) ou pelo vestibular próprio da universidade. Na Universidade Federal do Pampa, Unipampa, não se usa o vestibular como ferramenta de acesso para o ingresso de alunos. Já o SISU é um sistema informatizado gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC) que utiliza as notas do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) como critério de seleção. Para participar, os candidatos precisam realizar o ENEM no ano anterior ao processo seletivo e após a

divulgação das notas do ENEM, o SISU é aberto e os estudantes podem se inscrever nas vagas oferecidas pelas universidades federais, utilizando suas notas do exame como critério de classificação.

Além disso, algumas universidades federais adotam políticas de ações afirmativas para colaborar com o acesso dos estudantes, como cotas para estudantes de escolas públicas, pretos, pardos, indígenas, pessoas com deficiência, entre outros grupos, como é o caso da Unipampa.

O primeiro documento analisado foi o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) de 2019-2023 e ele aponta para uma barreira de acesso à Universidade Federal do Pampa, a saber, a falta de investimento para regionalização:

Sua instalação em região geográfica marcada por baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH, PIB e IDEB, por exemplo) reforça a convicção de que o conhecimento é potencializador de novas perspectivas. A expectativa das comunidades que lutaram por sua criação atravessa as aspirações da Universidade, que deve ser responsiva às demandas locais e, ao mesmo tempo, produzir conhecimentos que possam extrapolar as barreiras da regionalização, lançando a, cada vez mais, para territórios globalizados (Universidade Federal do Pampa, 2019, p.14).

Em algumas áreas, especialmente em regiões menos desenvolvidas economicamente, a oferta de instituições acadêmicas e programas educacionais pode ser limitada. Isso pode dificultar o acesso de estudantes a uma educação de qualidade, especialmente se eles precisarem se deslocar para outras regiões para ter acesso a programas específicos ou a recursos acadêmicos adequados.

Além disso, a regionalização pode afetar o acesso a financiamento e bolsas de estudo. Em certos países ou regiões, pode haver desigualdades na distribuição de recursos financeiros para a educação, resultando em menos oportunidades para estudantes de regiões desfavorecidas, como o caso da Unipampa localizada no sul do Rio Grande do Sul. Nesta última, sempre foi negligenciado por aporte de recursos, longas distâncias entre as cidades, falta de estrutura e infraestrutura tanto das cidades quanto nas estradas que ligam a região sul do estado.

Em outras palavras, a precariedade da região sul do estado devido a falta de investimentos dificulta o acesso acadêmico dos alunos, pois é demasiadamente longe dos grandes centros urbanos. Outrossim, a Unipampa foi criada justamente para colaborar com o desenvolvimento regional, como afirma no PDA 2017/2018:

para minimizar o processo de estagnação econômica na qual está inserida, pois a educação viabiliza o desenvolvimento regional, buscando ser um agente da definitiva incorporação da região ao mapa do desenvolvimento do Rio Grande do Sul (Universidade Federal do Pampa, 2017, p.7).

A referência acima denota que a região sofre com a estagnação econômica, resultando de não ser atrativo para estudantes de outras regiões, ademais, há uma percepção de que as instituições localizadas nas grandes cidades oferecem mais oportunidades e recursos. Tal consórcio pode resultar em uma menor demanda por vagas e dificuldades em manter um corpo discente diversificado e qualificado. Ainda, a regionalização, muitas vezes, implica em uma menor disponibilidade de recursos financeiros e infraestrutura para as universidades do interior.

Outras barreiras apontadas nos documentos são aquelas que se enquadram na descrição de Sasaki (2009, p.2) mais exatamente nas seis dimensões da acessibilidade:

[...] arquitetônica (sem barreiras físicas), comunicacional (sem barreiras na comunicação entre pessoas), metodológica (sem barreiras nos métodos e técnicas de lazer, trabalho, educação etc.), instrumental (sem barreiras instrumentos, ferramentas, utensílios etc.), programática (sem barreiras embutidas em políticas públicas, legislações, normas etc.) e atitudinal (sem preconceitos, estereótipos, estigmas e discriminações nos comportamentos da sociedade para pessoas que têm deficiência).

De acordo com os documentos analisados, essas barreiras, como a comunicacional, instrumental, arquitetônica, metodológica e principalmente a atitudinal, estão presentes dentro da instituição e afetam tanto o acesso como a permanência, umas das metas do PDI se expressa da seguinte forma:

[...] a Universidade busca tornar essas políticas cada vez mais sólidas a fim de dirimir todo tipo de preconceito e discriminação e também dar condições para que os discentes se desenvolvam plenamente, proporcionando maior acessibilidade e eliminação de barreiras arquitetônicas, atitudinais, de comunicação e de respeito às diferenças. Como se observa, os números da evasão são preocupantes, situação que evidencia que deverá ser revista e fomentada a política de inclusão, de modo a ampliar o número de alunos ingressantes e, ao mesmo tempo, diminuir o número de alunos que abandonam os estudos em virtude das dificuldades em vencer barreiras que impedem o seu desenvolvimento acadêmico (Universidade Federal do Pampa, 2019, p.98).

Barreiras à acessibilidade referem-se a obstáculos ou condições que dificultam ou impedem a participação plena e igual de pessoas com diferentes habilidades em diversos ambientes, atividades e serviços, e no caso da pesquisa está concentrada no ambiente educacional, sendo assim incluir é remover barreiras, pois a acessibilidade é uma

qualidade (SASSAKI, 2009), uma facilidade que desejamos ver e ter em todos os contextos e aspectos da atividade humana.

Soma-se isso ao fato que segundo os próprios documentos (os documentos utilizados na pesquisa que são: relatórios CAF de 2017-2019, relatórios ADAFI 2020-2022, o PDI de 2019-2023, o PDA 2017-2018 e os relatórios com o quantitativo de alunos com deficiência da instituição) a Unipampa carece de uma política e estratégia estabelecida para assegurar uma inclusão que contribua ao acesso e permanência dos estudantes. Segundo o PDI:

Precisamos pensar uma Política Institucional de Inclusão e Acessibilidade a ser desenvolvida na perspectiva de garantir a todos os acadêmicos as condições para seu pleno desenvolvimento, com remoção gradativa das barreiras à participação e à aprendizagem, à luz do entendimento contemporâneo para a inclusão educacional e da legislação vigente (Universidade Federal do Pampa, 2019, p. 99).

A Universidade delegava ao NInA, o papel de articulação com as demais unidades da Universidade, a fim eliminar as barreiras de ordem física. O NInA era órgão suplementar, de natureza institucional, vinculado à Reitoria da Universidade Federal do Pampa, antes de 2019 este estava dentro da CAF e após a reformulação da Coordenadoria de Ações Afirmativas para ADAFI, Assessoria de Diversidade, Ações Afirmativas e Inclusão, o NinA era um setor membro desta assessoria e atualmente, a partir de 2024, com a criação da Pró-Reitoria de Comunidades, Ações Afirmativas, Diversidade e Inclusão (PROCADI) passa a ser chamado de DEIA, Divisão de Educação Inclusiva e Acessibilidade pertencente a esta Pró-Reitoria.

Também se almeja eliminar a falha comunicacional ou falta de informação que restrinja a efetiva participação e o desenvolvimento acadêmico e social do estudante com deficiência, porém sem uma política demarcada e sem os recursos necessários, se torna inviável tal atribuição, se tornando assim uma barreira ao acesso e permanência dos estudantes, sobretudo dos estudantes com deficiência, o relatório ADAFI (2021, p.12) afirma:

[...] o quantitativo de servidores atuando efetivamente no setor está muito aquém das demandas e atividades que a temática exige. Esta defasagem de recursos humanos precariza o trabalho desenvolvido pois gera acúmulo de funções administrativas e pedagógicas o que resulta em escassez de projetos e ações de implementação de políticas de inclusão e acessibilidade para a redução de barreiras (Universidade Federal do Pampa, 2021, P.12).

Como visto acima, há uma grande demanda que envolve toda a Universidade, porém com pouco recurso humano a fim de articular ações para minimizar as barreiras que se interpõem, o que acaba fragilizando o núcleo de inclusão.

Quanto às barreiras de acesso podemos constatar que a Regionalização e a falta de políticas e estratégias objetivas são obstáculos para a entrada dos estudantes da Unipampa, de acordo com os dados dos documentos analisados.

Já quanto aos entrevistados que residem na cidade de seus respectivos *campus*, onde há o curso de suas graduação, nenhum destes alegou grandes dificuldades em acessar de forma presencial o *campus*.

Todos os participantes mencionaram que ingressaram na instituição por meio do Enem e que este foi acessível, tendo a disponibilidade de tradução/interpretação de Libras. Abaixo segue o depoimento do entrevistado B, referente a acessibilidade oferecida pelo Enem no ano de 2017:

Eu me senti muito feliz, pois anos anteriores eu já tinha tentado o Enem, e não tinha conseguido ter êxito em entender a prova, minha mãe sempre acompanhava, mas desta vez eu consegui entender a prova e passar devido ele estar acessível (entrevistado B, 2023, entrevista).

Evidencia-se que o Enem tem contribuído para a padronização dos processos seletivos das instituições de ensino superior, tornando o acesso mais transparente e democrático. Segundo Nogueira (2017) o Sisu apresentaria vantagens básicas em relação aos vestibulares: 1) torna o processo seletivo mais barato e eficiente; 2) proporciona maior mobilidade geográfica aos estudantes; 3) oportuniza uma maior inclusão social.

E isto se aplica no caso dos entrevistados, nenhum deles mencionou quaisquer barreiras ao acesso a Unipampa, até pelo contrário, mencionaram que nas demais instituições particulares de Ensino superior de seus respectivos municípios não há intérpretes, sendo isto um dos motivos que escolheram a Unipampa, além do fato dela ser uma Universidade Federal, possuindo ensino gratuito e de qualidade.

De acordo com os entrevistados, os maiores desafios e barreiras se encontram no que tange à permanência, bem como ao sucesso acadêmico durante a graduação, no próximo subtópico será abordado esse tema adjacente.

5.2 Incentivo e Apoio à Permanência

Podemos afirmar que um dos grandes problemas enfrentados pela Unipampa é a evasão dos estudantes e se constitui um real desafio para a instituição. Tanto que isso é uma realidade que o PDI de 2019-2023 traz como metas a serem alcançadas a permanência e o sucesso acadêmico:

Implementar as condições de acesso e permanência nos cursos para pessoas advindas dos diferentes grupos sociais, incluindo os alunos com deficiência, as minorias étnicas, os fronteiriços, entre outros; Promover a equidade de critérios e condições para acesso, permanência e sucesso no âmbito da educação superior (Universidade Federal do Pampa, 2019, p.40).

A evasão de estudantes no ensino superior é um fenômeno complexo que pode ter várias causas subjacentes. Embora as razões exatas possam variar entre indivíduos e instituições, existem alguns problemas comuns que contribuem para a evasão estudantil. Os custos do ensino superior podem ser uma barreira significativa, apesar de não ter que pagar mensalidades na Unipampa os estudantes têm outros gastos como livros, moradia e despesas cotidianas pode levar os estudantes a abandonar seus estudos. De modo a remover as barreiras de permanência quanto ao âmbito financeiro, a Unipampa tem programas de Programas da Política de Assistência Estudantil tais como o Programa de Apoio ao Estudante que de acordo com o PDI 2019-2023 na página 69 o descreve:

Consiste na concessão de auxílio financeiro, de natureza eventual e provisória, aos estudantes ingressantes em cursos presenciais de graduação, provindos de localidades diversas da cidade sede da Unidade Universitária a que estejam vinculados e que se encontrem em situação comprovada de vulnerabilidade socioeconômica. Tem como objetivo oferecer condições de acesso e permanência na graduação presencial, para suprir as necessidades básicas no lapso temporal entre o ingresso do estudante na Universidade e a conclusão do processo seletivo de ingresso aos programas de assistência estudantil ((Universidade Federal do Pampa, 2019, p.69).

Há outros programas na área da assistência estudantil como programa “Talheres do Pampa” que segundo o PDI consiste na concessão de refeições subsidiadas aos alunos da graduação presencial nos Restaurantes Universitários (RUs), oferecendo à comunidade acadêmica uma alimentação nutricionalmente balanceada e que observe os preceitos da segurança alimentar.

O programa de moradia estudantil “João de Barro” almeja uma estadia digna para os estudantes, possibilitando o acolhimento e a autonomia para pessoas em situação de

vulnerabilidade social. Desse modo, promove proteção, acolhimento e organização, possibilitando a permanência do aluno durante seu processo de formação, quanto ao transporte dos estudantes há o programa de “Apoio ao Transporte” o qual proporciona a eles suporte com despesas de deslocamento, contribuindo com seu acesso, sua permanência e seu êxito na Universidade. Quanto a colaborar com a permanência estudantil visando a remoção de barreiras no âmbito pedagógico e metodológico, o PDI apresenta como meta:

Como estímulo à permanência discente, é importante a proposição de ações de nivelamento. A distância entre o conhecimento construído ao longo da formação básica do estudante e as exigências da Universidade podem demandar ações para que haja entre os matriculados pontos de partida iguais em relação aos saberes nos componentes curriculares. Os cursos devem prever, em seus PPCs, a oferta de alternativas de nivelamento componentes/cursos/oficinas/atividades (Universidade Federal do Pampa, 2019, P.72).

Para a efetivação dessa meta a Unipampa lança regularmente editais de monitoria estudantil que auxiliam tanto o bolsista quanto os discentes que recebem a monitoria. Já o Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA) é uma excelente política que visa a permanência do estudante:

O Programa de Desenvolvimento Acadêmico (PDA) caracteriza-se como política institucional de fomento de atividades acadêmicas no contexto da graduação, em atividades de ensino, pesquisa, inovação tecnológica, extensão, ações sociais, culturais e de atenção à diversidade no âmbito da comunidade acadêmica. O programa tem como objetivos promover boas práticas acadêmicas, de forma a contribuir para melhoria contínua do desenvolvimento acadêmico, redução dos índices de evasão e retenção e formação sociocultural, artística e de atenção à diversidade, além de oportunizar aos discentes a iniciação ao ensino, à extensão e à pesquisa (Universidade Federal do Pampa 2019, P.74).

De acordo com os documentos analisados há diversas ações de apoio e incentivo à permanência na Unipampa, tais como as políticas e os programas mencionados acima. Porém, algo chama a atenção, é o número de evasão e abandono da instituição, observe a figura abaixo:

Figura 1: Quantidade de ingresso e evasão na graduação (2012 a 2019)



Fonte: Universidade Federal do Pampa (2020).

De acordo com relatório de auditoria interna da Unipampa a RA 07/2019 (p.13) diz:

Considerando o total no período 2012 a 2019, dos 29.855 estudantes ingressantes nos cursos de graduação (presenciais e a distância), 18.474 evadiram, o que resulta num percentual de 61,88% de evasão com relação aos ingressos. A maior proporção entre evasão/ingresso ocorreu em 2019, quando as evasões corresponderam a 72,20% dos ingressos (Universidade Federal do Pampa, 2019, p.13).

Surge, a partir disto, a constatação de que muitos estudantes não têm acesso a esses programas de permanência ou ainda as barreiras pedagógicas e metodológicas praticadas na instituição privam o sucesso acadêmico. Nos anos de 2020 a 2022 a pandemia do covid-19 afetou diretamente as atividades da Unipampa, mas não só ela como toda sociedade, influenciado os números da evasão. O relatório ADAFI de 2022 traz as seguintes informações:

Quadro 5: Ingresso/evasão número de alunos com deficiência

INGRESSO/EVASÃO ALUNOS COM DEFICIÊNCIA		
ANO	INGRESSOS	EVASÃO
2018	45	13
2019	43	9
2020	49	2
2021	64	15
2022	81	22

Fonte: Universidade Federal do Pampa (2020-2022).

Evidencia-se que a partir dos dados coletados, sobre o apoio e incentivo à permanência dos estudantes, que as ações e políticas de apoio estudantil precisam ser ampliadas ainda mais para que os números crescentes da evasão isso evidencia que estas não têm chegado ao público alvo, ou seja, aqueles que mais precisam destas. Sendo a busca pelo incentivo às políticas de inclusão e acessibilidade na Universidade devendo se manter como prioridade para garantir o fomento do desenvolvimento do ensino-aprendizagem aos estudantes.

Políticas eficazes de incentivo e apoio à permanência no ensino superior desempenham um papel crucial na promoção da igualdade, no desenvolvimento econômico e na inclusão de pessoas com deficiência no ensino superior. tal aporte promove uma sociedade mais equitativa e garante que todos tenham acesso igualitário à educação superior, colaborando na construção de uma sociedade mais educada e capacitada.

As políticas permitem que estudantes - de diferentes origens- continuem seus estudos sem serem desencorajados por barreiras financeiras, arquitetônicas e atitudinais (SASSAKI, 2009, p.2). Quanto às entrevistas identificou-se três elementos muito bem destacados pelos entrevistados, com respeito ao apoio à permanência na graduação, que foram a atuação dos Tils, monitoria e a prática dos docentes, estes serão sublinhados em sequência e com a devida maturação.

5.2.1 Atuação dos Tradutores e Intérpretes de LIBRAS

Os três estudantes entrevistados relataram grandes dificuldades com respeito à falta de Tils. No que se refere a falta desse profissional e também quanto a carência de formação técnica destes, inclusive com respeito a questões éticas o entrevistado B diz:

[...] Ela não tem paciência comigo, pois não entendo o português corretamente e quando vou perguntar algo para professora, ela (a Tils) não me traduz exatamente e me repreende e por fim ela me acaba explicando o conteúdo, porém deveria ser a professora a fazer isso, não reclamo para o coordenador acadêmico pois tenho medo (Entrevistado B, 2023, entrevista).

Ainda, o entrevistado C relata sobre a dificuldade que sentia com respeito a sinalização e o comportamento ético do tils que lhe acompanhava durante as aulas:

Estávamos durante a pandemia, não entendia sua sinalização e quando eu perguntava o significado do que ela estava interpretando está não me respondia, tentei por várias vezes marcar monitoria com ela, porém nunca me retornava. Pretendo retornar a estudar na Unipampa, mas quero outro Tils (Entrevistado C, 2023, entrevista).

Percebemos nitidamente que, nesses dois relatos, obtidos por meio das interlocuções, que a postura não condizente com a ética profissional dos referidos Tils e acaba sendo uma barreira atitudinal e metodológica para o sucesso acadêmico destes estudantes. De acordo com a Lei nº 12.319, de 1º de Setembro de 2010 no artigo 7º diz:

Art. 7º O tradutor, o intérprete e o guia-intérprete devem exercer a profissão com rigor técnico e zelar pelos valores éticos a ela inerentes, pelo respeito à pessoa humana e, em especial:

I - pela honestidade e discrição, protegendo o direito de sigilo da informação recebida;

II - pela atuação livre de preconceito de origem, raça, credo religioso, idade, sexo ou orientação sexual ou gênero;

III - pela imparcialidade e fidelidade aos conteúdos que lhe couber traduzir, interpretar ou guia-interpretar;

IV - pelas postura e conduta adequadas aos ambientes que frequentar por causa do exercício profissional;

V - pela solidariedade e consciência de que o direito de expressão é um direito social, independentemente da condição social e econômica daqueles que dele necessitem;

VI - pelo conhecimento das especificidades da comunidade surda.

A referida lei regulamenta e orienta a postura do Tils em sua atuação profissional, para que este venha a cumprir seu papel no processo de ensino e aprendizagem do estudante, o Tils é uma importante ferramenta para acessibilidade do surdo. O entrevistado A relatou que ficou boa parte de sua graduação sem Tils de forma presencial, devido a pandemia de covid-19 e como também em seu campus não possui um profissional lotado, sendo os atendimentos realizados de forma remota por meio dos Tils lotados no NInA. Desta feita, observamos que a estrutura tecnológica e comunicacional do campus deixava a desejar, falhando a conexão da internet regularmente, em adição com a falta de microfones para os professores, o que dificultava o áudio para os intérpretes.

Atualmente foram contratados de forma terceirizada dois Tils para atuar no *campus*, segundo o entrevistado este tem se sentido muito realizado com o atendimento destes, pois são atenciosos, solícitos e profissionais capacitados. Identifica-se a partir dos relatos que a falta de Tils, a carência de suporte tecnológico para o atendimento remoto e a negligência de postura profissional (quicá por falta de formação) por parte de alguns destes, se caracteriza como mais uma barreira à permanência dos estudantes surdos, se tornando um desafio ao sucesso acadêmico destes.

5.2.2 Monitoria

A monitoria estudantil desempenha um papel essencial no ambiente educacional, proporcionando benefícios significativos tanto para os monitores quanto para os alunos assistidos (Lima; Fontes; Santana, 2017, p.3). “Além de reforçar o aprendizado ao consolidar conceitos ensinados em sala de aula, a monitoria individualiza o ensino, adaptando-se às necessidades específicas de cada estudante”. Os cursos de graduação tem se valido dessa importante ferramenta para a permanência dos discentes, de acordo com o PDI de 2019-2023, página 72 diz:

Como estímulo à permanência discente, é importante a proposição de ações de nivelamento. A distância entre o conhecimento construído ao longo da formação básica do estudante e as exigências da Universidade podem demandar ações para que haja entre os matriculados pontos de partida iguais em relação aos saberes nos componentes curriculares. Os cursos devem prever, em seus PPCs, a oferta de alternativas de nivelamento componentes/cursos/oficinas/atividades, tais como: Programa de monitoria, em horário extraclasse (Universidade Federal do Pampa 2019, p.72).

Esse suporte não apenas promove o desenvolvimento de habilidades sociais, como comunicação e empatia, mas também fortalece a autoconfiança dos alunos ao ajudá-los a superar desafios acadêmicos. Além disso, a monitoria contribui para a redução da evasão escolar, cria um ambiente propício para a troca de experiências e estimula o interesse pelas matérias, formando não apenas alunos mais competentes, mas também líderes engajados no processo educacional (Andrade, 2018, p.1596). Devido aos inúmeros benefícios, o PDI 2019-2023 traz o programa “Programa de Apoio ao Ingressante aos Discentes Indígenas e Quilombolas” e prevê monitoria específica para esse público:

A Monitoria Específica para Acompanhamento a Estudante Indígena e Quilombola envolve: seleção de monitor, para atender, prioritariamente, os estudantes indígenas e quilombolas, ingressantes por processos seletivos específicos, em suas atividades acadêmicas, viabilizando a política de apoio a esses estudantes e provendo meios para sua permanência e seu sucesso acadêmico (Universidade Federal do Pampa 2019, p.71).

Isto evidencia como é importante ter esse apoio específico para cada grupo de estudantes, respeitando suas especificidades. Segundo o relatório da ADAFi de 2022:

Em 2022, no primeiro semestre do ano, foram realizados outros dois editais: Edital N° 187/2022 e Edital N° 73/2022, selecionando novos bolsistas para contemplarem atividades de inclusão e acessibilidade. Dos quais, somaram-se 37 novos discentes bolsistas, distribuídos nos dez Campus da Universidade. O Edital N° 73/2022, contemplou 30 Bolsas de Monitoria Inclusão e Acessibilidade direcionadas ao atendimento dos discentes com necessidades e o Edital N° 187/2022, foram 7 Bolsas NInA Libras referidas aos docentes (Universidade Federal do Pampa 2022, p.8).

De acordo com o trecho acima, foi lançado o edital para seleção de 7 bolsistas com algum conhecimento de LIBRAS, para auxiliarem os docentes e bolsistas nas atividades de inclusão e acessibilidade, porém segundo os entrevistados isso não se concretizou como estimado no edital. Dois dos entrevistados afirmam que não tiveram nenhum auxílio de bolsistas ou monitores que soubessem a LIBRAS e conhecimento sobre a cultura surda.

Ainda, a entrevistada B, comentou: “[...] por um período curto teve o acompanhamento do monitor que sabia um pouco de meu idioma, mas que este se formou e acabei ficando sem apoio de um monitor [...]” (Entrevistado B, 2023, entrevista). De acordo com as entrevistas, os programas de nivelamento, como a monitoria estudantil dos cursos de graduação, não atende o público surdo, pois não há uma formação ou capacitação para estes monitores e bolsistas, agravando a barreira comunicacional e o isolamento do estudante.

Se faz necessário um edital específico para a monitoria estudantil, visando substancialmente o atendimento dos estudantes surdos juntamente com a capacitação desse monitor (com auxílio de bolsas). Nesse sentido, precisa-se um édito, da mesma forma como prevê o PDI Unipampa para os povos indígenas e Quilombolas. Todos os entrevistados afirmaram que se sentiram prejudicados pela falta de capacitação e ausência de monitores.

5.2.3 Prática Docente

Segundo os entrevistados, nenhum dos professores dos componentes curriculares conhecem a LIBRAS e não compreendem a cultura surda, o que dificulta muito o relacionamento entre o estudante e o docente. De acordo com os estudantes surdos, os professores vêm a conhecer um pouco da identidade surda a partir de seu contato com o estudante e o Tils que o acompanha, durante o semestre, quando há o interesse por parte do docente.

A língua dominante dentro do ambiente acadêmico é o português, o que tem dificultado muito o processo de ensino e aprendizado dos estudantes surdos entrevistados. A LIBRAS é a língua materna para o surdo, Leite define o conceito (1995):

É costume identificar a “língua materna” com a primeira língua, e nisto a língua falada pela mãe, fazendo aí a suposição de poder haver uma outra, a estrangeira, segunda; e também com a língua nacional, implicando desta forma uma identificação do falante através da língua que sustenta a unificação subentendida no conceito de nação. Se adotarmos estas definições podemos inferir que a qualificativa “materna” presente na expressão se refere à primeira língua. Outro significativo para a criança quer à nação-mãe à qual todo e qualquer falante deve sua filiação (Leite, 1995, p.65).

Sendo assim, a língua materna é aprendida por um sujeito em contato com o ambiente familiar ou pela sociabilidade com a comunidade que participa. A LIBRAS, assim como qualquer língua oral, possui sua própria estrutura e de acordo com Quadros e Karnopp (2004), a diferença básica entre a língua de sinais e as línguas faladas diz respeito à estrutura simultânea de organização dos elementos das línguas de sinais.

A criança surda, em seu processo de ensino-aprendizagem da segunda língua, encontrará inúmeras adversidades, visto que essa segunda língua (o português na modalidade escrita) não possui as mesmas estruturas da língua de sinais e ainda porque “[...] a língua que o surdo tem como legítima e usa não é a mesma que serve como base

ao sistema escrito, por ser um sistema visuomanual, portanto muito diferente do oralauditivo” (Silva, 2001, p.48).

Todos os três entrevistados afirmam que sua alfabetização do português foi deficitária, ao passo que o português usado dentro do ambiente acadêmico é ainda mais difícil, resultando que nenhum deles alegou autonomia para ler ou estudar um artigo e publicação científica sem ajuda ou acompanhamento de um monitor. Evidenciando essa dificuldade, o entrevistado B acrescenta: “[...] frequentei escolas na educação básica tanto no Brasil quanto no Uruguai, o que torna ainda mais difícil a compreensão do português” (Entrevistado B, 2023, entrevista).

Esta dificuldade é desconhecida por muitos dos docentes e, no Ensino Superior, ocorre um desconforto frente ao estudante surdo ou às dificuldades que os surdos trazem mediante ao sistema da educação básica, que não contemplou suas necessidades, de acordo com Martins (2008):

Existem barreiras que impedem o acesso e permanência, com qualidade, de muitos alunos com deficiência na escola. São elas físicas [...], pedagógicas e atitudinais. Essas últimas são as mais sérias e difíceis de serem vencidas, pois não se removem por decreto a rejeição, o medo, a estigmatização, os preconceitos, os mecanismos de defesa existentes frente ao aluno tido como diferente (Martins, 2008, p.79).

E isto é evidente nos relatos dos estudantes surdos da graduação na Unipampa, que o desconhecimento destes sobre a cultura surda e da língua, os materiais usados nas aulas, textos, artigos e metodologia tem se configurado como uma barreira para permanência do surdo dentro da universidade. Ainda quanto às avaliações, Libâneo (2004), pontua que a avaliação é um instrumento para organizar as condições de aprendizagem dos estudantes e sua relação com o ensino, por meio de procedimentos que permitam a análise do desempenho pedagógico. Estas últimas, para o público investigado, foram realizadas durante seu período de permanência na Unipampa, somente na língua portuguesa para ambos os entrevistados, contando apenas dos Tils como ferramenta para acessibilidade, sendo que de acordo com o exposto no Decreto 5.626/2005 no art.14 (Brasil, 2005) se apregoa que é mister:

VI - adotar mecanismos de avaliação coerentes com aprendizado de segunda língua, na correção das provas escritas, valorizando o aspecto semântico e reconhecendo a singularidade lingüística manifestada no aspecto formal da Língua Portuguesa;

VII - desenvolver e adotar mecanismos alternativos para a avaliação de conhecimentos expressos em Libras, desde que devidamente registrados em vídeo ou em outros meios eletrônicos e tecnológicos;

VIII - disponibilizar equipamentos, acesso às novas tecnologias de informação e comunicação, bem como recursos didáticos para apoiar a educação de alunos surdos ou com deficiência auditiva.

Identificamos, neste íterim, que existe um distanciamento entre o que é proposto legalmente e o que ocorre na realidade da instituição, o que configura, de acordo com Sasaki (2009), como barreiras criadas pela prática docente e pela própria Unipampa, sendo estas de caráter comunicacional, metodológico e atitudinal. Se faz necessário, por parte da instituição, um programa de formação continuada para os docentes voltado para o atendimento do estudante surdo durante a sua graduação, fomentando o uso da LIBRAS e o conhecimento da cultura e identidade destes.

5.3 A inclusão dos estudantes surdos na Unipampa

A inclusão de surdos no ensino superior é fundamental para garantir a igualdade de oportunidades educacionais. Todos os indivíduos, independentemente de suas habilidades auditivas, devem ter acesso às mesmas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento acadêmico, sendo que a presença de estudantes surdos traz diversidade para o ambiente acadêmico.

Ao incluir pessoas com diferentes perspectivas, experiências e habilidades, enriquece-se o aprendizado de todos os envolvidos, promovendo uma visão mais ampla e abrangente do conhecimento. A exclusão de surdos do ensino superior, simbólica ou pragmaticamente, significa desperdiçar o potencial e o talento desses estudantes. Muitos surdos têm habilidades acadêmicas excepcionais e são capazes de contribuir significativamente para a sociedade em suas áreas de estudo e pesquisa.

Através da análise quantitativa dos relatórios da ADAFI e dos relatórios obtidos pelo sistema GURI da Unipampa, obtemos as informações seguintes a respeito do ingresso, permanência, evasão e conclusão dos estudantes surdos. Mas, antes, cabe ressaltar que infelizmente muitos dados encontrados estão discrepantes entre os documentos e não é tão fidedigno a classificação de “ Deficiência Auditiva - perda parcial” e “Deficiência Auditiva - Perda Total”, o pesquisador atua diretamente como TIL no

NInA e conhece os alunos surdos da universidade. Os dados encontrados estão representados no quadro abaixo:

Quadro 6: quantitativo de estudantes com deficiência auditiva parcial

2016- 2023 estudantes da graduação com “ Deficiência Auditiva - Perda Parcial”	
Ingressos	33
Regulares	15
Estudantes que ingressaram entre 2016-2023 e que evadiram	18

Fonte: O Autor (2024).

Constata-se, por meio do quadro 7, um grande números de estudantes que evadiram entre os anos de 2016 a 2023, isso evidencia que as ações e políticas voltadas à inclusão de surdos não têm atingido o seu objetivo. Vejamos agora o quadro com o quantitativo de estudantes da graduação com “Deficiência Auditiva - Perda Total” que ingressaram entre 2016 a 2023:

Quadro 7: Quantitativo de estudantes com deficiência auditiva total

2016- 2023 estudantes da graduação com “ Deficiência Auditiva - Perda Total”	
Ingressos	5
Regulares	2
Evadidos	3

Fonte:O Autor (2024)

Observando nos quadros n.º7 e no n.º8 que é nítido e expressivo o número da evasão dos estudantes surdos. Será apresentado, para complementação, os dados encontrados no PDI 2019-2023, sobre a inclusão de surdos, que traz como meta de inclusão o seguinte texto:

A Política de Acessibilidade e Inclusão deverá atender os acadêmicos com deficiência para que participem, integralmente, das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como para atender os servidores e membros da comunidade externa (Universidade Federal do Pampa 2019, p.98).

É de interesse da Universidade, como está descrito acima, promulgue a inclusão de todos da comunidade acadêmica, para que estes venham a se desenvolver em todos os âmbitos de atuação da instituição, como ratifica o PDI:

Com suas políticas de ações afirmativas, a Instituição deverá objetivar a consolidação e ampliação do acesso de discentes e servidores, sem perder de vista a necessidade e implementação sistemática de programas que garantam não só a inclusão, mas também a permanência (Universidade Federal do Pampa, 2019, p. 100).

Para que essas metas, referentes à inclusão sejam alcançadas, a Universidade mantinha o NInA (Núcleo de Inclusão e Acessibilidade como responsável pela articulação de ações para contribuir com a definição, o desenvolvimento e a implantação de políticas de inclusão e acessibilidade na UNIPAMPA promovendo monitoria de Inclusão e Acessibilidade), bem como Projetos nas áreas de Educação, Pesquisa, Cultura, Esporte, Saúde, Inclusão Digital e Acessibilidade, mas atualmente essa passa a ser uma atribuição do DEIA, Divisão de Educação Inclusiva e Acessibilidade, estabelecida no início do ano de 2024.

A partir do ano de 2019, o NInA começa a fazer parte da ADAFI, contando unicamente com os Tils lotados no NInA que são dois, dos 10 *campis* apenas 6 *campis* tem intérpretes de LIBRAS. Para poder dar conta da demanda crescente para inclusão de surdos na instituição, lançou-se editais para bolsistas:

[...] editais 288/2021 e 292/2021 que, respectivamente, selecionou bolsistas para atendimento de interpretação em LIBRAS nas atividades de ensino, Pesquisa e Extensão aos Docentes Surdos e bolsistas para tradução de documentos da LIBRAS para o Português dos alunos Surdos da Universidade (Universidade Federal do Pampa, 2021, P.6).

Ainda em 2021, o NInA participou do grupo de trabalho para a construção de uma Instrução Normativa que estabelece os procedimentos internos sobre oferta e demanda dos serviços de tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, no âmbito da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA. Após a publicação deste documento, foi dado andamento da organização da agenda dos TILS.

Esta organização da agenda se realizou juntamente com a PROGRAD, de julho a setembro de 2021, e objetivava a articulação entre os 10 Campis de forma que os atendimentos aos eventos pudessem contar com toda a força de trabalho de TILS da UNIPAMPA. Nesse período, foi sugerida a criação de uma central de atendimentos de

Tradução e Interpretação de LIBRAS, a fim de que ocorresse uma melhoria na acessibilidade comunicacional aos surdos, mas que infelizmente não tem avanço e acaba que a maioria dos TILS lotados nos campus preferem estar subordinados aos seus respectivos coordenadores acadêmicos.

Anualmente, no mês de setembro, é celebrado por meio de eventos e ações do setembro do surdo na Universidade. De acordo com o Relatório ADAFI de 2021, (p.11) referente a temática da acessibilidade comunicacional, diz que entre jul/2020 e set/2021, cerca de 600 (seiscentos) atendimentos foram realizados pelos Tradutores e Intérpretes de LIBRAS lotados no NInA, a Docentes e Discentes surdos da Instituição, sem mencionar o que tem se realizado nos campus. Merece relevo que nos anos da pandemia de Covid-19, houve um crescente aumento da demanda dos TILS em toda a instituição.

Essa situação de escassez de TILS se estende até o final do ano de 2022, devido aos cortes orçamentários oriundos do governo Federal não foi possível a renovação de duas contratadas Tils que atuavam juntamente ao NInA e somente com a posse em janeiro de 2023, do novo governo eleito em 2022, foi liberado a instituição Unipampa para que pudesse dar início ao processo de terceirização na contratação de Tils.

É observável que há diversas ações para o apoio e inclusão de surdos, porém falta políticas institucionais eficientes para concretização das metas PDI, a Unipampa delega essa responsabilidade ao NInA, mas cabe ressaltar que a inclusão é um tema que envolve não só um setor mas a Universidade como um todo, seja no sentido administrativo e intersetorial, como deveria apetercer toda comunidade acadêmica. Incluir não é somente um termo bonito para ornar discursos, é necessário ações pragmáticas para sua efetivação, ações estas, como dito anteriormente, que não se limitam a estrutura física.

A partir dos dados encontrados na pesquisa documental, constata-se que a Lei n.º 13.409, 28 de dezembro de 2016, ampliou a reserva de vagas para PcDs. No caso da pesquisa com os estudantes surdos, promoveu o acesso dos estudantes à Universidade. Como mostrado nos quadros 7 e 8, o total de ingressantes chegou a 38 estudantes no período de 2016 a 2023, mesmo sendo a regionalização uma barreira ao acesso e a permanência - em virtude da Unipampa estar distante dos grandes centros e ser uma região complexa e com pouco investimento ao longo dos anos, como está descrito no PDI 2019-2023 usando o ENEM e o SISU colaborou para a remoção dessas barreiras ao acesso à universidade.

Mas, como mostrado através dos dados, ainda há um grande número de evasão dos estudantes da graduação, evidenciando que as políticas e ações de permanência tem se mostrado ineficazes ou não tem atingido muitos dos estudantes surdos, como demonstrado nos quadros 7 e 8, pelo número de evasão que supera o número de estudantes regulares. E para os estudantes surdos não há nenhuma política de permanência e de desenvolvimento acadêmico específica implementada na instituição, o que resulta em dificuldades à inclusão destes estudantes.

A inclusão de estudantes surdos por meio de políticas institucionais é uma abordagem fundamental para garantir que esses alunos tenham acesso e permanência e se desenvolvam com qualidade e se sintam incluídos no ambiente acadêmico. Segundo a análise documental, a Unipampa carece de políticas institucionais de acesso e permanência voltadas exclusivamente para o público surdo, exceto por ter no quadro de servidores os Tils, mas apenas isto não basta para o sucesso acadêmico dos estudantes surdos. Adicionalmente, é necessário para uma inclusão de fato o engajamento de toda a instituição, por meio de políticas eficazes que se concretizem na prática.

O entrevistado A que cursa educação física, está atualmente participando do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), que consiste em uma iniciativa do Governo Federal brasileiro voltada para a formação de professores, esse programa é coordenado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculada ao Ministério da Educação (MEC). Os participantes do PIBID são supervisionados por professores das instituições de ensino superior e também por professores da educação básica.

O entrevistado A se diz satisfeito: “[...] por ter bolsista, e que esta experiência lhe tem auxiliado no desenvolvimento de suas habilidades pedagógicas [...]” (Entrevistado A, 2023, entrevista). Este é o primeiro programa institucional no qual ele está participando, anteriormente não havia concorrido a nenhum edital promovido pela instituição e apenas recentemente foi-se contratar Tils de forma terceirizada para o atendimento do *campus*, devido a isso os atendimentos via NUDE e NInA eram feitos de forma híbrida com o auxílio das Tils da Reitoria.

A entrevistada B que cursa administração, apesar de ter dois Tils lotados em seu *campus*, afirma que nunca concorreu a quaisquer edital de bolsa estudantil ou usufruiu de qualquer programa que promove-se a sua permanência na Unipampa, “[...] eu me sinto alheia, nunca participo de nada [...]” (Entrevistada B, 2023, entrevista). Quando questionada sobre o acolhimento da Unipampa para com ela, enfatiza:

[...] que não se sente acolhida pela instituição, pelo contrário me sinto sozinha, se não fosse pelos colegas que tentam se comunicar comigo eu passaria a maior parte do tempo só, com exceção dos intérpretes, nada é adaptado para mim! Quando me formar nem olharei para traz (Entrevistada B, 2023, entrevista).

É nítido, pela fala da estudante acima, que a Unipampa tem falhado em incluir os estudantes surdos e como explicitado anteriormente nesta pesquisa, o estudante surdo causa um desconforto à instituição que não consegue pôr em prática- ainda- políticas institucionais para contemplar o estudante surdo.

O entrevistado C, também afirma: “[...] não participei de nenhuma política de inclusão e permanência da instituição [...]” (Entrevistado C, 2023, entrevista). Este ingressou na universidade um pouco antes da pandemia de covid-19¹, sua vida acadêmica se limitava a sala de aula com a tradução da Tils que o acompanhava em sala, segundo tal. Quando começou a pandemia as aulas foram suspensas, porém o retorno das aulas ocorreu em seguida vide videoconferência, isto é, as AEREs Atividades de Ensino Remoto Emergenciais que de acordo com a Norma Operacional Nº 4/2020 no seu capítulo 1, art.1 diz:

§1º As AEREs são atividades pedagógicas não presenciais, síncronas e assíncronas, desenvolvidas para garantir o atendimento aos discentes com o uso de tecnologias de apoio à aprendizagem, durante o período de exceção da pandemia.

§2º Entende-se por atividades síncronas aquelas que são desenvolvidas em tempo real pelo docente com a participação simultânea dos discentes.

§3º Atividades assíncronas são realizadas em tempos diversos, não exigindo a participação simultânea no mesmo espaço e tempo, o que flexibiliza a interação e o acompanhamento das atividades (Universidade Federal do Pampa, 2020).

Este afirma não teve o apoio do programa de monitoria, mesmo com o lançamento de um edital específico para isso:

Em 2020, foram selecionados 40 bolsistas de monitoria através dos Editais Nº 176/2020 e Nº 180/2020 e que proporcionaram o atendimento de 55 alunos com deficiência, distribuídos em todos os Campi da Instituição. Em 2021, três editais de seleção de bolsistas foram publicados. O Edital 135/2021, que selecionou 31 bolsistas de monitoria de Inclusão para realizarem o acompanhamento a estudantes com deficiência (Universidade Federal do Pampa, 2021, P. 6).

¹ A pandemia de COVID-19 foi um surto global da doença causada pelo coronavírus SARS-CoV-2. O vírus foi identificado pela primeira vez na cidade de Wuhan, na província de Hubei, na China, em dezembro de 2019. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou oficialmente a situação como uma pandemia em 11 de março de 2020, quando o vírus se espalhou para vários países e continentes.

De acordo com o relatório de gestão acima, houve os editais, mas estes não são suficientes ou não chegam até os estudantes surdos. Outro exemplo disto aconteceu sobre o processo SEI nº 23100.010894/2021-56:

Em 2021, através do processo SEI nº 23100.010894/2021-56, foram adquiridos equipamentos de TI, filmadoras, notebooks e headsets, objetivando melhorias no atendimento dos alunos com deficiência através dos atendimentos e produção de conteúdos acessíveis. (Universidade Federal do Pampa, 2022, p.8)

Esse processo ocorreu de fato, foram comprados os referidos equipamentos e usados para o devido propósito, mas de acordo com o entrevistado C e com os demais entrevistados surdos, o período da pandemia foi extremamente dificultoso para suas permanências e inclusão, devido em parte pelos problemas estruturais das tecnologias de comunicação e conectividade. Sendo isso um dos motivos que ocasionou o abandono do curso de Letras, mas não somente isso, por parte do entrevistado C.

Pela análise das entrevistas e documentos, verificamos que a Unipampa carece de políticas mais eficazes, estas que cheguem e de fato atendam o estudante surdo, que se encontra atualmente desassistido, o que resulta em última instância no elevado número da evasão. Se faz necessário um olhar diferenciado para inclusão dos estudantes surdos na graduação, visando a remoção das barreiras que impedem sua permanência e desenvolvimento acadêmico. No próximo tópico será apresentada algumas propostas de indicativos que poderão servir ao DEIA, bem como para toda a Unipampa, para a remoção das barreiras elencadas e a inclusão definitiva e permanente do estudante surdo.

6. Alguns indicativos para remoção de barreiras aos estudantes Surdos

A inclusão de surdos no ensino superior envolve a criação de um ambiente educacional que seja acessível e que atenda às necessidades específicas deste público. De acordo com o PDI 2019-1023, o Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (NinA) ficava responsável pela articulação de ações para contribuir com a definição, o desenvolvimento e a implantação de políticas de inclusão e acessibilidade na UNIPAMPA, o que era impossível de ser realizado devido ao NinA conter um número escasso de servidores.

A inclusão, como dito em vários momentos, é um tema que demanda o envolvimento de toda a universidade, segundo Sasaki (2003, p.24-25) para que exista acessibilidade, em todos os contextos e aspectos da atividade humana, se faz necessário que contemple os seis quesitos básicos, descritos a seguir:

- Acessibilidade arquitetônica: não há barreiras ambientais físicas nas casas, nos edifícios, nos espaços ou equipamentos urbanos e nos meios de transporte individuais ou coletivos.
- Acessibilidade comunicacional: não há barreiras na comunicação interpessoal (face-a-face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, incluindo textos em braille, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).
- Acessibilidade metodológica: não há barreiras nos métodos e técnicas de estudo (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.) e de educação dos filhos (familiar).
- Acessibilidade instrumental: não há barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), de trabalho (profissional) e de lazer ou recreação (comunitária, turística ou esportiva).
- Acessibilidade programática: não há barreiras invisíveis embutidas em políticas públicas (leis, decretos, portarias) e normas ou regulamentos (institucionais, empresariais etc.).
- Acessibilidade atitudinal: não há preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações (Sasaki, 2003, p. 24-25).

Para a Unipampa, como uma Universidade que visa atender as especificidades dos discentes, se faz necessário estabelecer o diálogo entre as diferentes áreas do conhecimento e setores para desenvolver e encaminhar soluções neste aspecto. Desta maneira, suplantam-se os problemas pedagógicos, metodológicos, burocráticos e outros, de acordo com as necessidades desses sujeitos, visando a inclusão desse grupo (essa palavra foi repetida intencionalmente ao longo do texto dissertativo, para frisar sua importância e urgência).

6.1 Formação continuada de TILS, Monitores e Comunidade Externa

O profissional Tradutor/Intérprete de LIBRAS (TILS) desempenha um papel de extrema importância para o processo de ensino e aprendizado do estudante surdo na universidade, mas não basta ter o servidor, há de ter a formação e a postura ética condizente com o cargo, como afirma Quadros (2004, p.28).

Realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os seguintes preceitos éticos:

- a) confiabilidade (sigilo profissional);
- b) imparcialidade (o intérprete deve ser neutro e não interferir com opiniões próprias);
- c) discrição (o intérprete deve estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- d) distância profissional (o profissional intérprete e sua vida pessoal são separados);
- e) fidelidade (a interpretação deve ser fiel, o intérprete não pode alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões a respeito de algum assunto, o objetivo da interpretação é passar o que realmente foi dito).

A Divisão de Educação Inclusiva e Acessibilidade (DEIA) juntamente com as demais pró- Reitorias, tais como a Pró-Reitoria de gestão de Pessoas (PROGEPE), Pró-Reitoria de Desenvolvimento e Assistência Estudantil (PRODAE), Pró-Reitoria de Extensão e Cultura (PROEC), precisam ofertar respectivamente formação e capacitação em LIBRAS, divulgando o uso da língua, para seus servidores TILS, sejam bolsistas e monitores, bem como a comunidade externa.

Desta maneira, será possível um ambiente mais acolhedor e acessível, fomentando a qualificação e formação de novos Tils, visto que há escassez desse profissional, e isto motiva a evasão, nesse sentido de acordo com Quadros (2004, p. 28):

Quando há carência de intérpretes de língua de sinais, a interação entre surdos e pessoas que desconhecem a língua de sinais fica prejudicada. As implicações disso são, pelo menos, as seguintes:

- a) os surdos não participam de vários tipos de atividades (sociais, educacionais, culturais e políticas);
- b) os surdos não conseguem avançar em termos educacionais;
- c) os surdos ficam desmotivados a participarem de encontros, reuniões, etc.
- d) os surdos não têm acesso às discussões e informações veiculadas na língua falada sendo, portanto, excluído da interação social, cultural e política sem direito ao exercício de sua cidadania;
- e) os surdos não se fazem "ouvir";
- f) os ouvintes que não dominam a língua de sinais não conseguem se comunicar com os surdos.

A presente investigação denota que pelos dados obtidos, tanto com a análise dos documentos e pelas respostas dadas nas entrevistas, que a barreira comunicacional e atitudinal são as grandes responsáveis pelo alto nível de evasão de estudantes surdos na Unipampa, devido a isso é de extrema importância que se confabule políticas específicas e permanentes para o fomento da LIBRAS nos diversos espaços da instituição.

Deste modo, as 3 pró-reitorias sobrelevadas, têm um papel fundamental para o êxito de tal proposta. Abaixo será apresentado como a Pró-Reitoria de Graduação, em articulação com a DEIA, podem colaborar com a formação de professores e os processos avaliativos com foco no estudante surdo.

6.2 Remoção das Barreiras Pedagógicas e Metodológicas

De acordo com o relatado pelas experiências vividas, através das aulas e demais interações dos estudantes entrevistados, os docentes têm pouco ou nenhum conhecimento com respeito a cultura surda e a LIBRAS, o que resulta em distanciamento entre discentes e docentes. Podendo o docente acreditar que apenas “integrando” o estudante surdo na sala de aula, junto com o acompanhamento do Tils isto bastaria para o desenvolvimento acadêmico do estudante. Esta situação, por sua vez, reflete as práticas educacionais e sociais nas décadas de 70 e 80:

A integração tinha e tem o mérito de inserir a pessoa com deficiência na sociedade, sim, mas desde que ela esteja de alguma forma capacitada a superar as barreiras físicas, programáticas e atitudinais nela existentes [...] Sob a ótica dos dias de hoje, a integração constitui um esforço unilateral tão somente da pessoa com deficiência e seus aliados [...] a integração pouco ou nada exige da sociedade em termos de modificação de atitudes, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais (Sassaki, 2010, p. 33-34).

Essa é a prática percebida nos relatos dos entrevistados quando questionados sobre a metodologia empregada pelos professores durante as aulas, não adaptando os materiais didáticos, com o intuito de ser mais acessível no que tange aos conteúdos e avaliações. Quando o docente desconsidera as especificidades de aprendizagem dos estudantes no planejamento e na sua *práxis* pedagógica, resulta na naturalização ou na negação da deficiência, que se constituem barreiras atitudinais, segundo essa ideia, Carvalho (2014) afirma que:

Negar a deficiência (sensorial, mental, física, motora, múltipla ou decorrente de transtornos invasivos do desenvolvimento) de inúmeras pessoas é tão perverso quanto lhes negar a possibilidade de acesso, ingresso e permanência bem sucedida no processo educacional escolar [...] É, certamente, uma forma de exclusão, talvez mais grave do que a física – que segrega pessoas em espaços restritivos, pois revela sua exclusão dentro de nós, num movimento inconsciente de rejeição às suas diferenças, porque significativas (Carvalho, 2014, p.60).

As barreiras atitudinais afetam diretamente a metodologia aplicada aos estudantes surdos, tornando a aprendizagem do discente limitada e limitante, de baixa qualidade, cerceando a participação do estudante. Observa-se que tal atuação já o é escassa nas diversas atividades realizadas no ambiente acadêmico, com grande desigualdade em seu sucesso na graduação e ficando alheio em grande parte das discussões e debates que o ocorrem em sala de aula, o que resulta no alto nível de evasão, sendo que os que permanecem demonstram nítidas dificuldades. Estamos sobrelevando questões educativas e psicológicas, portanto.

Se faz necessário que a PROGRAD juntamente com a DEIA, elaborem um plano de formação continuada para os docentes da universidade, para que estes venham a ter conhecimento a respeito de seus estudantes surdos, tanto sobre a Língua quanto a cultura e identidade do surdo. Quando os docentes não se adaptam, se negam a mudar seu plano de aula, suas avaliações, estes estão criando barreiras que impedem o desenvolvimento do acadêmico, suas atitudes estão baseadas no modelo médico da deficiência:

O modelo médico da deficiência tem sido, em grande parte, responsável, pela resistência da sociedade em aceitar a necessidade de mudar suas estruturas e atitudes para incluir em seu seio as pessoas com deficiência e/ou com outras condições atípicas para que estas possam, aí sim, buscar o seu desenvolvimento pessoal, social, educacional e profissional. É sabido que a sociedade sempre foi, de um modo geral, levada a acreditar que, sendo a deficiência um problema existente exclusivamente na pessoa com deficiência, bastaria promover-lhe algum tipo de serviço para solucioná-lo. (Sasaki, 2010, p. 29).

Este pensamento alimenta a perspectiva errônea de que a presença do estudante surdo é desconfortante e até incômodo. Com a articulação da PROGRAD, DEIA e até mesmo com o apoio da PROGEPE (no que diz respeito à formação de servidores e requisitos para progressão do servidor), há proposta de capacitar os docentes, bem como todos da comunidade acadêmica, com o intuito de venham a conhecer e ter a perspectiva do modelo social da deficiência é potente. De acordo com alguns autores:

O modelo social da deficiência baseia-se na proposição de que a sociedade e as suas instituições é que são opressivas, discriminatórias e incapacitantes e que a atenção, portanto, precisa estar direcionada para a remoção dos obstáculos existentes à participação das pessoas portadoras de deficiências na vida em sociedade e para a mudança institucional, ou seja, para a mudança de regulamentos e de atitudes que criam e mantêm a exclusão (Capbell; Oliver, 2003, p. 26).

Sendo assim, cabe a Unipampa, como instituição de Ensino Superior, ser modelo e estar disposta a se modificar para aceitar qualquer pessoa, independentemente das suas “limitações” e características. Se faz de extrema importância entender que incluir implica acolher a todos os membros de um dado grupo, independentemente de suas peculiaridades, e considerar que as pessoas são seres únicos, diferentes uns dos outros e, que, portanto, não devem ser marginalizados nem responsabilizados pelas dificuldades que encontram no convívio social (Sasaki; Mantoan, 2006).

Nesse sentido, urge uma mudança de pensamento e comportamento dentro da universidade em termos de currículo, avaliação e formas de estrutura dos estudantes nas atividades de sala de aula, contribuindo para o intercâmbio de todos os envolvidos.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no material pesquisado, pode-se perceber que o tema da educação de surdos e o acesso e permanência destes dentro das IES é um tema que tem ganhado cada vez mais espaço no debate educacional, o que indica sua relevância e latência.

Através dos resultados provenientes da Revisão Sistemática de Literatura, sinalizamos que os desafios e barreiras que se apresentam aos estudantes surdos são grandes e parecem similares nas diversas IES, isto colaborou no entendimento e identificação do panorama na Unipampa em consonância com a atuação do pesquisador na área estudada.

Com esta pesquisa, temos um panorama dos desafios e barreiras que os estudantes surdos da graduação tem enfrentado na Unipampa, dentre as quais destaca-se a falta de tradutores/intérpretes de LIBRAS, o desconhecimento por parte dos docentes da cultura e língua dos estudantes surdos (o que gera uma barreira comunicacional dificultando o vínculo entre estudantes e os docentes), a barreira metodológica e pedagógica (sendo que os processos avaliativos e materiais de leitura são em português o que trás uma grande dificuldade para os estudantes surdos, pois o português escrito é sua segunda língua e os surdos que acessam a universidade possuem grande dificuldade em compreendê-lo).

Outrossim, enfatizamos que a barreira atitudinal, juntamente com a perspectiva clínica da deficiência, é o principal entrave para a inclusão de fato, faz-se necessário uma mudança de conceito e que este seja propagado e aderido. A perspectiva social da deficiência difere da perspectiva clínica, ao focar nas barreiras sociais, ambientais e atitudinais que podem limitar a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade, bem como na Universidade.

Somente com tal enfoque, pode-se trabalhar para criar um ambiente mais inclusivo e equitativo, reconhecendo e valorizando a diversidade de habilidades e experiências de todas as pessoas, especialmente dos estudantes surdos.

Esta dissertação e suas discussões e propostas serão levados para a DEIA, com a sugestão acoplada de que sejam realizados cursos de extensão para capacitação de novos tradutores/intérpretes de Libras, bem como oportunizar a oferta de formação uma continuada para os docentes, tendo como objetivo principal o conhecimento da língua de Libras e a cultura surda, bem como capacitar os interfaces NINa e bolsistas ao

atendimento dos estudantes surdos, sendo necessário uma ação conjunta com as demais Pró-Reitorias.

Então, concluímos com esta pesquisa que essas ações têm como intuito a remoção dessas barreiras, visando a inclusão plena, promovendo assim um ambiente propício e acolhedor, visando ao desenvolvimento acadêmico dos estudantes surdos. Ao melhorar a instituição para acolher todas as pessoas e suas particularidades, estaremos também promulgando uma sociedade mais equânime, com respeito e compreensão efetiva das diversidades e sua respectiva riqueza.

REFERÊNCIAS

ANDIFES. Coletiva de Imprensa Remota. **Canal Andifes**, 2022. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=wT-jyGI7g7s>. Acesso em: 3 abr. 2023.

ANDRADE, E. G. R.; RODRIGUES, I. L. A.; NOGUEIRA, L. M. V.; SOUZA, D. F. *Contribution of academic tutoring for the teaching-learning process in nursing undergraduate studies*. **Revista Brasileira de Enfermagem** [Internet]. 2018; v.71 (Suppl 4):1596-603. [Thematic Issue: Education and teaching in Nursing] DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0736> Acesso em: Set. de 2022

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL **Lei 10.436**, de 24 de Abril de 2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências.

BRASIL. **Lei nº 13.146**, de 6 de julho de 2015. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em ago.de 2021.

BRASIL. **Decreto nº 5.626**, de 22 de dezembro de 2005, regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art.18 da Lei nº 10.098, de 19 de Dezembro de 2000.

BRASIL. **Lei Nº 13.409**, de 28 de Dezembro de 2016. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm. Acesso em: 05 de Maio de 2022.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei Nº 9.394/96. 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm. Acesso em Set. de 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 10.260**, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Brasília, 2001.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 11096**, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei no 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Brasília, 2005.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 7.234**, de 19 de julho de 2010. Disponível em: Acesso em: 20 Nov. 2022.

BRASIL. Presidência da República. **Lei n. 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.640**, de 11 de janeiro de 2008. Institui a Fundação Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA e dá outras providências. Brasília, 2008.

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos "is"**. 10 ed. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CELLARD, A. **A análise documental**. In: POUPART, J. et al. A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis, Vozes, 2008.

CICCONI, Marta. **Comunicação total: introdução, estratégias a pessoa surda**. 2ªed. Rio de Janeiro: Cultura Médica, 1996.

DIAS, S. M. B.; DA COSTA, S. L. **A permanência no ensino superior e as estratégias institucionais de enfrentamento da evasão**. *Jornal de Políticas Educacionais*, v. 9, n. 17/18, 2016.

DAROQUE, Samantha Camargo. **Alunos surdos no ensino superior: uma discussão necessária**. Piracicaba, 2011. 92 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba.

DAROQUE, Samantha Camargo; QUEIROZ, Guilherme Alves de. **Inclusão de surdos no ensino superior: o que tem de bilíngue?** In: ALBRES, Neiva de Aquino; NEVES, Sylvia Lia Grespan (orgs.) *LIBRAS em estudo: Política Educacional*. São Paulo: FENEIS, 2013.

FELIPE, Tanya A. Políticas públicas para inserção da LIBRAS na educação de surdos. In: **Revista Espaço. Informativo Técnico Científico do INES**. Nº 25/26, JAN-DEZ./ 2006, P.33-47.

GOLDFELD, Marcia. **A Criança Surda: Linguagem e Cognição numa Perspectiva Sócio-interativa**. São Paulo: Plexus, 1997.

GÜNTHER, Hartmut. **Pesquisa qualitativa versus pesquisa quantitativa: esta é a questão?**. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, v. 22, n. 2, p. 201-209, maio/ago. 2006.

GAUTHIER, B. (org.) (1984). **Recherche social e De la probkmatique à la collecte des données**. Québec: Presses de l'Université du Québec.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada**. Curitiba: Intersaberes, 2014.

LACERDA, C.B.F.de. **Intérprete de libras: em atuação na educação infantil e no ensino fundamental**. Porto Alegre:Mediação/FAPESP, 2009.

LEITE, Nina Virgínia de A. **"O que é 'língua materna'?"** In: *Anais do IV Congresso brasileiro de Linguística Aplicada*. Campinas, p. 65-68, 1995.

LIBÂNIO, J. C. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

LIMA, M. L. F.; FONTES, A; SANTANA, O. A.; **monitoria suplementa ou complementa a docência? Experiências na disciplina Introdução a Física**, p. 1-3 . In: Anais do Encontro Anual da Biofísica 2017. São Paulo: Blucher, 2017. ISSN 2526--607-1, DOI 10.5151/biofisica2017-001.

LOSS, Jaqueline Reni. **Percursos de escolarização de acadêmicos surdos no Ensino Superior**. Chapecó, SC, 2015. Disponível em: < https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFSC_589475f796802fea63a5c3a812207823 > Acesso em: Dez. 2023.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Igualdade e diferença na escola: como andar no fio da navalha**. In: ARANTES, Valéria Amorim (org.). *Inclusão escolar: pontos e contrapontos*. 3 ed. São Paulo: Summus, 2006. pp. 15-30.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, L. C.; FERNANDES, S. **Acesso e permanência de estudantes surdos no Ensino Superior**. In: *Seminários de Instituições de Ensino Superior: Trajetória do Estudante Surdo*, 2008, Londrina. Anais... Londrina: Ed. UEL, 2008.

QUADROS, Ronice. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília : MEC ; SEESP, 2004.

QUADROS, R. M.; CRUZ, C. R. **Língua de sinais – instrumentos de avaliação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2011.

RISTOFF, Dilvo. **A expansão da educação superior brasileira: tendências e desafios**. In: FERNÁNDEZ LAMARRA, Norberto e PAULA, Maria de Fátima Costa de (orgs.). *La democratización de la educación superior en América Latina: retos y posibilidades*. Buenos Aires: EDUNTREF, 2011.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 8 ed. Rio de Janeiro: WVA, 2010.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão: acessibilidade no lazer, trabalho e educação**. *Revista Nacional de Reabilitação (Reação)*, São Paulo, Ano XII, mar./abr. 2009.

SASSAKI, R.K. **Vida Independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos**. São Paulo: RNR, 2003.

SILVA, Marília da Piedade Marinho. **A construção de sentidos na escrita do aluno surdo**. São Paulo: Plexus. 2001.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. - São Paulo: Le ya, 2015.

SKLIAR, C. **Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngüe para surdos**. In: SILVA, S.; VIZIM, M. (Org.). *Educação Especial: múltiplas leituras e diferentes significados*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

SLOMSKI, V. G. **Educação Bilíngue para surdos: Concepções e Implicações Práticas**. 1ª Ed. (2010), 2ª reimpressão. Curitiba. Juruá, 2010.

STOKOE, W. **Sign language structure**. (Edição revisada.) Silver Spring: Listok Press, 1978.

STROBEL, Karin L. **Surdos: Vestígios Culturais não Registrados na História**. 2008. 176 f. Tese. (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. UFSC, Florianópolis.

SILVA, P. B; SANCHES, I. R. **A inclusão do estudante surdo no ensino superior: o que dizem os surdos**. IV CONEDU – João Pessoa – PB. 2017.

UNIPAMPA.Universidade Federal do Pampa, **Plano de Desenvolvimento Institucional 2019- 2023** .Bagé: UNIPAMPA, 2019.

UNIPAMPA.Universidade Federal do Pampa, **Processos Seletivos Universidade Federal do Pampa**, 2022. Assista o vídeo e conheça um pouco da Unipampa. Disponível em: <https://sites.unipampa.edu.br/ingresso/>. Acesso em: 14, dez. 2022.

UNIPAMPA.Universidade Federal do Pampa, **Plano de Dados Abertos 2017/2018**. Bagé, Última revisão em 23/04/2018. UNIPAMPA, 2018.

UNIPAMPA.Universidade Federal do Pampa. PROGEP, **Quadro de Referência dos Servidores Técnico-Administrativos 2022**. Bagé . Disponível em:<https://sites.unipampa.edu.br/progepe/>. Acesso em 20, dez. 2022

UNIPAMPA. Universidade Federal do Pampa, **Ofício n.º 170/2022/PROGRAD/UNIPAMPA**, 2022. Bagé, 2022.

Apêndice A

APÊNDICE – TERMO DE CONSENTIMENTO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pelo presente termo, autorizo Fernando Ramires de Carvalho, mestrando do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu Mestrado Acadêmico em Ensino da Universidade Federal do Pampa – Campus Bagé/RS, sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Claudete da Silva Lima Martins a realizar sua pesquisa, bem como a publicação das produções de dados realizados neste estabelecimento de ensino em sua dissertação de mestrado, intitulada: EDUCAÇÃO DE ESTUDANTES SURDOS : DESAFIOS AO ACESSO E PERMANÊNCIA. Esta autorização se refere apenas ao uso do conteúdo das produções de dados, obtidos por meio de entrevistas, leitura e análise dos documentos, devendo ser preservada a identidade de todos os sujeitos que constituíram a pesquisa.

Bagé, ____ de _____ de 2023

Reitor

■ TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO - FERNANDO_AD.pdf

Apêndice B - Roteiro de Entrevista

Essa entrevista foi realizada com dois estudantes surdos da graduação regulares e um que abandonou a instituição.

Acesso

1. Como você avalia o processo de ingresso no ensino superior? Você encontrou alguma dificuldade específica devido à sua surdez?
2. Quais recursos de acessibilidade foram disponibilizados para você durante o vestibular ou processo seletivo?
3. Durante o processo de inscrição e matrícula, você teve acesso a informações claras e adaptadas às suas necessidades?
4. Como você foi recebido pela instituição de ensino no momento da sua chegada? Houve alguma orientação específica sobre os recursos disponíveis?

Permanência

5. Você tem acesso regular a intérpretes de Libras ou outros profissionais de apoio durante as aulas? Como avalia a qualidade desse serviço?
6. Como você avalia a comunicação com professores e colegas de turma? Quais são as maiores dificuldades que enfrenta nesse aspecto?
7. A instituição oferece material didático adaptado para você? Esses materiais são suficientes e adequados?
8. Quais estratégias você utiliza para acompanhar o conteúdo das aulas e participar das atividades acadêmicas?
9. Há apoio psicológico ou orientação acadêmica específicos para alunos surdos? Como você avalia esses serviços?
10. Como você se sente em relação ao ambiente físico da instituição? Existem barreiras arquitetônicas que dificultam sua mobilidade ou acesso a recursos?

Inclusão

11. Você sente que é incluído nas atividades extracurriculares e sociais da universidade? Se não, o que poderia ser melhorado?

12. De que forma a instituição promove a inclusão dos alunos surdos no ambiente acadêmico e social?
13. Você percebe que os professores e colegas de turma estão preparados e sensibilizados para lidar com a surdez? Se sim, como isso se manifesta?
14. Já enfrentou preconceito ou discriminação dentro da universidade? Como lidou com essa situação?
15. Na sua opinião, quais mudanças a instituição de ensino superior poderia implementar para melhorar a inclusão e a permanência dos alunos surdos?